

Universidades Lusíada

Chantre, Sílvio Correia, 1991-

O impacto dos conflitos ocorridos na África central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC : possíveis implicações para São Tomé e Príncipe

<http://hdl.handle.net/11067/6865>

Metadados

Data de Publicação

2023

Resumo

Com o tema “O impacto dos conflitos ocorridos na África Central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC: Possíveis implicações para São Tomé e Príncipe”, o presente estudo espelha o resultado da investigação desenvolvida como parte dos requisitos exigidos pela ULL para a conclusão do curso de mestrado em Segurança e Justiça. O estudo procurou indagar sobre os principais conflitos políticos e militares ocorridos na África Central, nos últimos 40 anos, e perceber, que impact...

With the theme "The impact of conflicts in Central Africa on the process of regional integration and the functioning of the ECCAS: Possible implications for São Tomé and Príncipe", this study reflects the result of the research developed as part of the requirements required by the ULL for the completion of the master's course in Security and Justice. The study sought to assess about the main political and military conflicts in Central Africa over the past 40 years and to understand what impacts ...

Palavras Chave

São Tomé e Príncipe - Condições económicas, São Tomé e Príncipe - Condições sociais, África central - Política e governo - Século 20, África central - Política militar, Comunidade Económica dos Estados da África Central

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-15T01:24:41Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA

FACULDADE DE DIREITO

Mestrado em Segurança e Justiça

**O impacto dos conflitos ocorridos na África central no processo de
integração regional e no funcionamento da CEEAC:
possíveis implicações para São Tomé e Príncipe**

Realizado por:
Sílvio Correia Chantre

Orientado por:
Prof. Doutor José Francisco Lince Zagallo Pavia

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor José Alberto Rodriguez Lorenzo González
Orientador: Prof. Doutor José Francisco Lince Zagallo Pavia
Arguente: Prof. Doutor Manuel Fernando da Silva Monteiro

Dissertação aprovada em: 8 de março de 2023

Lisboa

2023



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

FACULDADE DE DIREITO

Mestrado em Segurança e Justiça

O impacto dos conflitos ocorridos na África central
no processo de integração regional e no
funcionamento da CEEAC:
possíveis implicações para São Tomé e Príncipe

Sílvio Correia Chantre

Lisboa

Janeiro 2023



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

FACULDADE DE DIREITO

Mestrado em Segurança e Justiça

O impacto dos conflitos ocorridos na África central
no processo de integração regional e no
funcionamento da CEEAC:
possíveis implicações para São Tomé e Príncipe

Sílvia Correia Chantre

Lisboa

Janeiro 2023

Sílvia Correia Chantre

O impacto dos conflitos ocorridos na África central
no processo de integração regional e no
funcionamento da CEEAC:
possíveis implicações para São Tomé e Príncipe

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade Lusíada para a obtenção do grau de
Mestre em Segurança e Justiça.

Orientador:
Prof. Doutor José Francisco Lince Zagallo Pavia

Lisboa

Janeiro 2023

FICHA TÉCNICA

Autor Sívio Correia Chantre
Orientador Prof. Doutor José Francisco Lince Zagallo Pavia
Título O impacto dos conflitos ocorridos na África central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC: possíveis implicações para São Tomé e Príncipe
Local Lisboa
Ano 2023

MEDIATECA DA UNIVERSIDADE LUSÍADA - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

CHANTRE, Sívio Correia, 1991-

O impacto dos conflitos ocorridos na África central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC : possíveis implicações para São Tomé e Príncipe / Sívio Correia Chantre ; orientado por Francisco Lince Zagallo Pavia. - Lisboa : [s.n.], 2023. - Dissertação de mestrado em Segurança e Justiça, Faculdade de Direito da Universidade Lusíada.

I - PAVIA, José Francisco Lynce Zagalo, 1967-

LCSH

1. São Tomé e Príncipe - Condições económicas
 2. São Tomé e Príncipe - Condições sociais
 3. África central - Política e governo - Século 20
 4. África central - Política militar
 5. Comunidade Económica dos Estados da África Central
 6. Universidade Lusíada. Faculdade de Direito - Teses
 7. Teses - Portugal - Lisboa
-
1. Sao Tome and Principe - Economic conditions
 2. Sao Tome and Principe - Social conditions.
 3. Africa, central - Politics and government - 20th century
 4. Africa, central - Military policy
 5. Economic Community of Central African States
 6. Universidade Lusíada. Faculdade de Direito - Dissertations
 7. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon
-
1. HC965.C43 2023

Este trabalho é dedicado à minha esposa Jazira Chantre, à minha filha Débora Chantre e aos familiares com muito amor, carinho e gratidão.

AGRADECIMENTOS

A realização do curso que deu origem a presente dissertação contou, em diferentes níveis de intervenção, com a ajuda e a colaboração preciosas de múltiplos amigos, pelo que gostaria, solenemente, de lhes manifestar os meus sinceros reconhecimentos.

Assim, agradeço, em primeiro lugar, a Deus, em nome do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, por me ter acompanhado durante toda a caminhada e por me ter dado força e saúde, sem as quais não teria chegado ao fim desta etapa.

De seguida, os meus agradecimentos especiais são direcionados à minha esposa Jazira Chantre, à minha filha, aos meus familiares, pelo sacrifício consentido nas horas de ausência do convívio familiar.

Não só ao meu orientador, Professor Doutor José Francisco Pavia pela sábia orientação prestada e pela predisposição demonstrada, quer no quadro da realização da investigação, quer no quadro das aulas das unidades curriculares do 1º ano do curso, como também aos outros, anónimos, por todos os apoios prestados.

Manifesto também os meus agradecimentos aos amigos e colegas de curso pela coragem e todo apoio moral de que, ao longo dos dois anos de curso, fui beneficiário.

Agradeço à Universidade Lusíada de Lisboa (a todo seu pessoal docente e não docente, em diferentes estruturas) pela possibilidade que me conferiu de realizar o sonho de ser titular de um mestrado feito em Portugal, observando aos mais elevados padrões internacionais.

Permitam-me igualmente deixar uma palavra de reconhecimento e de muita gratidão a todos entrevistados que se dignaram participar no estudo. Sem a prestimosa colaboração destes, não seria possível desenvolver a investigação de que resultou a presente dissertação.

Por último, agradeço a todos aqueles que não são aqui referenciados, mas que de alguma forma contribuíram para o êxito da investigação.

APRESENTAÇÃO

O impacto dos conflitos ocorridos na África Central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC: Possíveis implicações para São Tomé e Príncipe

Sílvia Correia Chantre

Com o tema “O impacto dos conflitos ocorridos na África Central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC: Possíveis implicações para São Tomé e Príncipe”, o presente estudo espelha o resultado da investigação desenvolvida como parte dos requisitos exigidos pela ULL para a conclusão do curso de mestrado em Segurança e Justiça. O estudo procurou indagar sobre os principais conflitos políticos e militares ocorridos na África Central, nos últimos 40 anos, e perceber, que impactos teriam no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC bem como as suas respetivas implicações para o desenvolvimento sustentável. A investigação foi orientada seguinte questão de investigação: Os conflitos ocorridos na África Central, têm tido impacto no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC? Em caso afirmativo esses impactos tiveram implicações em São Tomé e Príncipe?

No que concerne a hipótese, foram levantadas duas hipóteses, em forma de pergunta que são: H1: Os conflitos ocorridos na África Central têm tido impacto no processo de integração regional, e no funcionamento da CEEAC? H2: Esses impactos – a existirem - tiveram implicações em São Tomé e Príncipe?

Quanto à metodologia, a investigação assumiu natureza qualitativa, amparada pelo paradigma interpretativo. Na recolha e no tratamento de dados, foram aplicadas a técnica de inquérito por entrevista e a análise de conteúdo. Atendendo à tecnicidade do tema, os participantes foram selecionados pelo critério de amostragem por conveniência, tendo sido incluídos cinco especialistas, com formação superior e experiências profissionais nas áreas de Ciências Económicas e Empresariais e Relações Internacionais. Relativamente aos principais resultados, conclui-se, em função das categorias que se emergiram das respostas da maioria dos inquiridos, que os conflitos políticos e armados na AC não têm tido implicações diretas para a RDSTP, que comprometem o seu processo de desenvolvimento sustentável. Foi cumprido o objetivo geral, ou seja, conseguimos apurar os impactos dos conflitos políticos e armados na

sub-região da África Central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC. Tentar compreender qual a intensidade e a natureza desses impactos. Dilucidar a questão de saber se esses impactos – a existirem – tiveram implicações em São Tomé e Príncipe.

Foram cumpridos os objetivos específicos, na medida em que conseguimos: 1) Inventariar os principais conflitos políticos e armados, ocorridos na África Central nos últimos 40 anos e perceber as causas gerais associadas aos mesmos; 2) Analisar a situação da crise humanitária da África Central; 3) Analisar a segurança e defesa na região da África Central; 4) Apresentar a breve súpula histórico-geográfica de da CEEAC; 5) Aferir os impactos gerais desses conflitos passíveis de inviabilizar a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da CEEAC; 6) Perceber se os impactos identificados tiveram implicações em São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: África Central, Comunidade Económica dos Estados de São Tomé e Príncipe, Integração regional, Impacto, Conflitos.

PRESENTATION

The impact of conflicts in Central Africa on the process of regional integration and the functioning of the ECCAS: Possible implications for São Tomé and Príncipe

Sílvio Correia Chantre

With the theme "The impact of conflicts in Central Africa on the process of regional integration and the functioning of the ECCAS: Possible implications for São Tomé and Príncipe", this study reflects the result of the research developed as part of the requirements required by the ULL for the completion of the master's course in Security and Justice. The study sought to assess about the main political and military conflicts in Central Africa over the past 40 years and to understand what impacts they would have on the process of regional integration and the functioning of the ECCAS as well as their respective implications for sustainable development. The research was addressed following research question: Have conflicts in Central Africa had an impact on the regional integration process and the functioning of the ECCAS? If so, did these impacts have implications in São Tomé and Príncipe? With regard to the hypothesis, two hypotheses were raised, in the form of a question which are: H1: Have conflicts in Central Africa had an impact on the process of regional integration and on the functioning of the ECCAS? H2: Have these impacts - to exist - had implications in São Tomé and Príncipe?

Regarding the methodology, the research took on a qualitative nature, based on the interpretative paradigm. In the collection and processing of data, the interview survey technique and content analysis were applied. Given the technicality of the theme, the participants were selected by the convenience sampling criterion, and five specialists were included, with higher education and professional experiences in the areas of Economic and Business Sciences and International Relations. In relation to the main results, it is concluded, depending on the categories that emerged from the responses of the majority of respondents, that the political and armed conflicts in the CA **have no** direct implication for the RDSTP, which compromise its sustainable development process. The overall objective has been met. We have been able to ascertain the impacts of political and armed conflicts in the Central African sub-region on the process of regional integra-

tion and the functioning of the ECCAS. Try to understand the intensity and nature of these impacts. To delight the question of whether these impacts – to exist – had implications in São Tomé and Príncipe.

The specific objectives were met, as we succeeded:1) To inventory the main political and armed conflicts that have occurred in Central Africa in the last 40 years and to understand the general causes associated with them; 2) Analyse the situation of the humanitarian crisis in Central Africa; 3) Analyse security and defence in the Central African region; 4) To present the brief historical-geographical summary of the ECCAS; 5) To assess the general impacts of these conflicts which may make it impossible to achieve efficiently the objectives that led to the creation of the ECCAS; 6) To understand if the identified impacts had implications in São Tomé and Príncipe.

Keywords: Central Africa, Economic Community of the States of Sao Tome and Principe, Regional integration, Impact, Conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Demarcação da África Central. (UNOCA, 2022).	33
Ilustração 2 - Divisão regional da África de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). (Guitarrara, 2022).	34
Ilustração 3 - Componentes da Arquitetura de Paz e Segurança Africana a nível da União Africana	44
Ilustração 4 - A representação da Comunidade Económica do Estados da África Central. ([Adaptado a partir de:] Comunidade Económica dos Estados da África Central – CEEAC. 2022)	51
Ilustração 5 - O posicionamento estratégico de STP. (PNUD, <i>apud</i> Sousa, 2017, p. 187).	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais requisitos da investigação científica	27
Tabela 2 - Principais guerras na África Central no pós II Guerra Mundial.....	36
Tabela 3 - Situação dos refugiados, dos deslocados internamente e dos retornados à África Central.....	37
Tabela 4 - As vertentes da segurança humana e suas principais ameaças.....	42
Tabela 5 - Raízes profundas ou causas dos conflitos em África.....	49
Tabela 6 - Objetivos da CEEAC	52
Tabela 7 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P3.....	62
Tabela 8 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P6.....	64
Tabela 9 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P1	93
Tabela 10 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P2.....	94
Tabela 11 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P3.....	95
Tabela 12 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P4.....	96
Tabela 13 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P5.....	97
Tabela 14 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P6.....	97
Tabela 15 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P6.1.....	98
Tabela 16 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P7.....	99
Tabela 17 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P7.1.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- AC - África Central
- APSA - Arquitetura de Paz e Segurança Africana
- CEEAC - Comunidade Económica do Estados da África Central
- CI - Comunidade Internacional
- CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa.
- CRDSTP - Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe
- DS - Desenvolvimento sustentável
- DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos
- EUA - Estados Unidos da América
- IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
- INI - Instituto Nacional de Inovação e Conhecimento
- ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OI - Organizações Internacionais
- ONU - Organização das Nações Unidas
- OUA - Organização da Unidade Africana
- PEI - Pequenos Estados Insulares
- PEIVD - Pequenos Estados Insulares em Via de Desenvolvimentos
- PNUD - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
- RDSTP - República Democrática de São Tomé e Príncipe
- RI - Relações Internacionais
- SI - Sociedade Internacional
- STP - São Tomé e Príncipe
- TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação
- UA - União africana
- UE - União Europeia
- ULL - Universidade Lusíada de Lisboa

UNTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comercio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

1. Introdução	21
1.1. Enquadramento e justificação do tema	23
1.2. Objetivos da Investigação.....	24
1.2.1. Objetivo geral	24
1.2.2. Objetivos específicos.....	24
1.3. Questões da investigação	25
2. Metodologia.....	27
2.1. Natureza da investigação e enquadramento paradigmático	29
2.2. Participantes/Amostra	29
2.3. Instrumento, técnica, procedimentos e tratamento de dados.....	30
3. Enquadramento teórico	33
3.1. Conflitos na África Central	33
3.2. Dos conflitos na região	35
3.3. Política de segurança e defesa na região da África Central.....	38
3.4. Causas dos conflitos na África Central	45
3.4.1. Causas estruturais.....	45
3.4.2. Causas próximas	47
3.4.3. Causas profundas	49
3.5. Da Comunidade Económica do Estados da África Central	51
3.5.1. Súmula histórico-geográfica da CEEAC	51
3.5.2. A relação comercial de STP com os demais Estados membros da CEEAC	55
3.6. As implicações dos conflitos armados da África Central para o desenvolvimento sustentável dos Estados membros da CEEAC.....	56
3.6.1. As eventuais influências dos conflitos da África Central no desenvolvimento socioeconómico de STP	58
4. Apresentação e discussão dos resultados	61
4.1. Apresentação de dados.....	61
4.1.1. Extração das categorias emergentes e construção de preposições.....	62
4.2. Discussão dos dados qualitativos.....	65
5. Conclusão	69
5.1. Principais conclusões	69
5.2. Implicações do estudo.....	71
5.3. Limitações do estudo.....	71
5.4. Sugestão para investigações futuras.....	72

Referências	73
Apêndices.....	81
Lista de apêndices.....	83
Apêndice A	85
Apêndice B	91
Apêndice C	101

1. INTRODUÇÃO

A noção de Comunidade Internacional (CI) remete-nos para a ideia de que os Estados soberanos ter-se-ão apercebido que isoladamente não conseguirão fazer face aos múltiplos desafios que se lhes colocam, tendo em atenção o “omnipresente” propósito de desenvolvimento sustentável (DS).

Na verdade, os Estados, independentemente das suas respetivas dimensões, histórias e recursos, estão preocupados em encontrar mecanismos eficazes, passíveis de evitar a eclosão de conflitos generalizados e permitir o desenvolvimento conjunto.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, representa, por excelência, o desejo universal de compatibilização dos interesses das nações em prol de uma Sociedade Internacional (SI), mais pacífica e, cumulativamente, próspera, tal como se depreende do artigo 1º da Carta das Nações Unidas¹.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)², inscritos na Agenda 2030 da ONU, entre outras, constituem atualmente a mais evidente iniciativa, visando à harmonização generalizada da SI.

Para além da ONU, referida na literatura especializada, como organização de carácter universalista, existem muitas Organizações Internacionais (OI) de vocações mais restritas, distribuídas geograficamente pelos cinco continentes, as quais os estudiosos designam de organizações técnicas e/ou científicas, organizações económicas,

políticas, regionais ou sub-regionais, em razão dos objetivos que prosseguem, da amplitude geográfica, linguística, histórica, cultural ou de outros interesses que unem as

¹Capítulo I-Objetivos e Princípios- Artigo 1º : Os objetivos das Nações Unidas são: 1. Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer rutura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz;

2. Desenvolver relações de amizade entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;

3. Realizar a cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;

4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns.

²Perspetiva ações mundiais nas no âmbito da erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de género, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento económico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

partes. E dentre essas OI temos: FMI, OMC, União Africana, União Europeia, Banco Mundial e muitas outras.

As distintas tipologias de OI, referidas no parágrafo supra, foram objetos de estudo no quadro das unidades curriculares lecionadas durante a realização do curso de Mestrado em Segurança e Justiça (SJ) na Universidade Lusíada de Lisboa (ULL), que deu origem ao presente trabalho que virá a orientar a elaboração da dissertação para obtenção do grau de Mestre nesta Universidade.

De uma forma geral, as OI objetivam, para os seus diferentes estados-membros, avanços económicos, sociais e políticos, que visam solucionar díspares conflitos. O fomento de políticas de cooperação, técnica e científica, proporcionam o desenvolvimento de diversas soluções capazes de desenvolver parâmetros de ação comuns que se destinam à resolução de problemas urgentes, tais como guerras e outros conflitos militares. Além disso, fiscalizam, através de órgãos específicos, o cumprimento das regras estabelecidas nos acordos e organizam reuniões para o intercâmbio de experiências, definições de novas políticas e/ou determinação de novos objetivos.

Assim, no quadro das dinâmicas aportadas à União Africana, a OI constituída por 54 membros, fundada em 2002 e sucessora da Organização da Unidade África (OUA), esta última constituída em 1963, visa o desenvolvimento económico dos Estados membros e processa-se por via de diferentes Organizações sub-regionais, tais como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comunidade da África Oriental (EAC), o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a União Árabe do Magrebe (UMA), entre outras.

Tendo em atenção os objetivos genéricos acima mencionados, pareceu-nos relevante que a presente investigação incidisse sobre a realidade de um dos processos de integração regional em África, isto é, a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), na expectativa de compreender os impactos dos conflitos políticos e armados na sub-região da África Central, no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC. Teremos também como objetivo tentar perceber se esses impactos tiveram implicações significativas em São Tomé e Príncipe, ou se pelo contrário, foram negligenciáveis.

Em termos de estrutura, para além do presente capítulo de introdução, por via do qual são apresentados o contexto de estudo, os objetivos, a questão de investigação e a hipótese levantada, a dissertação estará constituída por mais cinco capítulos, a saber: Capítulo-I Introdução, II-Metodologia, Capítulo III– Enquadramento teórico, Capítulo IV- Desenvolvimento, Capítulo V- Conclusões. São ainda partes do documento as Referências Bibliográficas e os Apêndices.

1.1. ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Segundo Roque (2018, p. 53) a África é demasiado grande e importante para que os africanos possam dar-se ao luxo de a deixar mergulhada na pobreza, com conflitos, com terrorismo, com corrupção, com violação dos direitos humanos, e sem lideranças capazes de resolver estes e outros problemas.

Esta autora acima citada chama a atenção dos povos africanos para a paz e a segurança (social, política, económica, ambiental, alimentar e humana), pois, são os dois grandes pilares do desenvolvimento que lhes ajudariam tirar não só o proveito da grandeza do referido continente como também dos seus riquíssimos recursos naturais.

É neste contexto que os Estados membros da CEEAC, mais concretamente localizados na região de África Central, tal como demais Estados membros da CI, também almejam atingir o estágio de DS, granjeando, de forma holística, o bem-estar político, económico, social e ambiental para a sua população e se transformarem numa referência não só para a região onde se encontram, como também para toda África em geral.

É justamente por isso que os demais Estados membros da CEEAC, subscrevem como prioritários, cinco ODS, que de acordo com ONU (2015)¹, na sua agenda 2030, são: objetivo nº 1- “acabar com a pobreza em todas as suas formas”; objetivo nº 8- “promover o crescimento económico sustentável inclusivo, emprego pleno e trabalho digno para todos”; objetivo nº 9- construir infraestruturas resistentes, promover industrialização inclusiva e fomentar inovação”; objetivo nº 14- “conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento”; e objetivo nº 16- “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso à justiça para todos, construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas.”

E como exemplo prático disso, temos a República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) que, um dos Estados membros desta comunidade económica acima mencionada, na análise da Agenda de Transformação 2030 do XVI Governo Constitucional, no capítulo 4, sob o título “grandes linhas da agenda de transformação e das reformas a serem implementadas”, percebe-se a assunção dos objetivos plasmados no parágrafo anterior, ao indicar-se que a consecução da Agenda assenta-se na visão do país que se pretende construir e “sobre um fundamento sólido que se baseia na tomada de consciência da região em que estamos inseridos e no domínio dos dados económicos e sociais endógenos [...]”

Neste sentido, tendo-nos sido conferido o privilégio de desenvolver uma dissertação como parte dos requisitos exigidos pela ULL para a conclusão do curso de Mestrado em Segurança e Justiça, e sendo legítima a aspiração da CEEAC e do povo africano de conquistar melhores condições de vida enquanto nação.

1.2. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Tendo em atenção a ideia expressa no último parágrafo do ponto anterior (1.1. Enquadramento e Justificação do tema) a investigação procurou atingir os objetivos gerais e específicos seguintes:

1.2.1. OBJETIVO GERAL

Compreender os impactos dos conflitos políticos e armados na sub-região da África Central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC. Tentar compreender qual a intensidade e a natureza desses impactos. Dilucidar a questão de saber se esses impactos – a existirem – tiveram implicações em São Tomé e Príncipe.

1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Relativamente aos objetivos específicos, propusemos cumulativamente:

1. Inventariar os principais conflitos políticos e armados, ocorridos na África Central nos últimos 40 anos e perceber as causas gerais associadas aos mesmos.
2. Analisar a situação da crise humanitária da África Central;

3. Analisar a segurança e defesa na região da África Central;
4. Apresentar súpula histórica geográfica da CEEAC;
5. Compreender de que forma os impactos identificados afetam o processo de integração regional, e o funcionamento da CEEAC;
6. Perceber se os impactos identificados tiveram implicações em São Tomé e Príncipe.

1.3. QUESTÕES DA INVESTIGAÇÃO

Em consonância com a ideia expressa acima e procurando um fio condutor para a nossa investigação, entendemos ser pertinente e oportuno elaborar as seguintes questões:

Os conflitos ocorridos na África Central, têm tido impacto no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC? Em caso afirmativo esses impactos tiveram implicações em São Tomé e Príncipe?

Hipóteses de investigação

Para responder à questão de investigação, enunciada no ponto 1.3, optamos por apresentar as seguintes hipóteses:

H₁: Os conflitos ocorridos na África Central têm tido impacto no processo de integração regional, e no funcionamento da CEEAC?

H₂: Esses impactos – a existirem - tiveram implicações em São Tomé e Príncipe?

2. METODOLOGIA

Toda a investigação tem por base uma questão de partida que, por sua vez, é o que leva todo e qualquer investigador ir a procura da resposta certa, isto é, a verdadeira. Todavia, para que a investigação possua um carácter científico é de capital importância saber que se deva ter em atenção alguns requisitos importantíssimos. Requisitos esses, que se encontram plasmados no quadro que se segue.

Tabela 1 - Principais requisitos da investigação científica

N/ R	Requisitos da investigação científica
I	“Possuir um objeto reconhecível e definido que seja igualmente identificável pelos outros, sendo para tal necessário estabelecer as condições em que se pode falar do objeto, tendo por base regras anteriormente instituídas sobre esse mesmo objeto ou posteriormente estabelecidas durante a investigação.”
II	“Analisar o objeto segundo uma perspetiva original.”
III	“Ter utilidade para os outros, sendo a importância científica proporcional ao grau de indispensabilidade que o contributo apresenta.”

Fonte: Adaptado a partir de: Eco, *apud* Santos, *et al.* 2019, p. 11.

Este quadro que acima se encontra apresenta, de forma clara e concisa, alguns requisitos que orientam os investigadores na realização de um trabalho científico. Portanto, para que este trabalho assumisse um carácter de natureza científico, tivemos que ter em atenção estes principais requisitos.

Deste modo, o presente capítulo foi concebido com o propósito de nele ser apresentada a metodologia científica utilizada no processo de investigação. Isto porque, tal como argumenta Santos, *et al.* (2019, p. 12) a utilização do método científico na realização de trabalhos de investigação apresenta diversas vantagens. De entre estas destacam-se: a sistematização dos dados, a credibilidade dos resultados e a aceitabilidade pela comunidade científica.

Sistematização dos dados, porque a totalidade dos elementos empíricos relacionados com o objeto de estudo deve ser ordenado e integrado em categorias previamente definidas em função dos objetivos que o investigador se propõe alcançar. A sistematização poderá resultar na colocação de hipótese de investigação plausíveis e na eliminação das hipóteses sem fundamento (Freixo *apud* Santos, *et al.* 2019, p. 12) .

Porquanto, estando todos os elementos empíricos relacionados com o objeto de estudo e estes não só ordenados, como também integrados em categorias, o investigador poderá ter mais possibilidades de alcançar os seus objetivos previamente definidos e apurar hipótese que lhe ajudará responder a questão de investigação.

A credibilidade dos resultados, porque a utilização do método científico não se deve cingir à utilização de dados obtidos a partir apenas das teorias tradicionais, deve ir mais além, procurando obter informação relevante a partir de fontes menos usuais, que permitam, de alguma forma, dar uma perspetiva abrangente do assunto investigado. A aceitabilidade pela comunidade científica, porque o facto científico é construído sobre os preconceitos, produzido pela razão e verificado nos factos. (Santos, *et al.*, 2019, p. 12).

Portanto, além da sistematização é ainda importante ter em atenção não só a credibilidade, como também a aceitabilidade pela comunidade científica, porque as fontes onde se retira as informações poderão ser válidas ou inválidas e que culminará com aceitação ou não por parte da referida comunidade.

Expressando a sua opinião sobre a forma de se investigar nas Ciências Sociais Simões afirmou que ““não há aliás métodos perfeitos, sejam eles quantitativos ou qualitativos. [...] cada método, em certos aspetos é mais ou menos eficaz do que outros. E é em relação a um problema particular que um deles pode ser melhor do que outro.”” (*apud* Cardoso e Rego, 2017, p. 22)

Neste sentido, Espírito Santo (2013, p. 16), chama a atenção para o facto de que “a fidelidade e a validade atribuídas a todo o processo de investigação são aferidas através da descrição pormenorizada dos procedimentos e das técnicas utilizadas pelo investigador.”

2.1. NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO E ENQUADRAMENTO PARADIGMÁTICO

“Os pesquisadores qualitativos tentam compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes. Deste modo, em função da natureza do problema que se quer estudar e das questões e objetivos que orientam a investigação, a opção pelo enfoque qualitativo muitas vezes se torna a mais apropriada. Quando estamos lidando com problemas pouco conhecidos e a pesquisa é de cunho exploratório, este tipo de investigação parece ser o mais adequado. Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada” (Godoy, 1995, p. 63) .

Assim, em face do alerta e após aturada ponderação, em função dos objetivos a que nos propusemos, pareceu-nos apropriado que a investigação devesse assumir natureza qualitativa, sob a forma de estudo de caso e amparada pelo paradigma interpretativo da realidade. Isto porque, na perspectiva de Godoy (1995, p. 58) o estudo qualitativo é uma pesquisa que consiste na “[...] obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.”

No que se refere à modalidade estudo de caso, Coutinho (2011, p. 292) explica que o estudo de caso é um dos referenciais metodológicos com maior potencialidade para o estudo da diversidade de problemática que se coloca ao cientista social.)

Por sua vez, e em atenção ao enquadramento paradigmático, Coutinho (2014), afirma que esse conceito “pode definir-se como um conjunto articulado de postulados, de valores conhecido, de teorias comuns e de regras que são aceites por todos os elementos de uma comunidade científica num dado momento histórico.”

2.2. PARTICIPANTES/AMOSTRA

A seleção dos participantes foi feita em atenção ao critério de amostragem por conveniência ou não-casual. Na verdade, atendendo à tecnicidade do tema tratado, entendemos que somente poderiam integrar no estudo, sujeitos de investigação cujas experiências profissionais ou perfis académicos fossem passíveis de os habilitar a fornecer informações credíveis e válidas para o nosso trabalho.

Assim, para efeito, concebemos uma lista prévia de potenciais participantes, num total de 8 individualidades, sendo que, aquando da recolha de dados, somente 5 se

predispuseram em colaborar, situação que compreendemos e aceitamos à luz da ética e da deontologia da investigação social.

Em termos de caracterização geral, foram entrevistados os seguintes:

1. Doutor Luís Eduardo Saraiva (Doutor e mestre em Relações Internacionais),
2. Doutor Esterline Gonçalves Género (Doutor em Desenvolvimento socioeconómico),
3. Doutora Maria das Neves Ceita Batista de Sousa (Doutora em Ciências Sociais, Especialidade em Desenvolvimento Socioeconómico),
4. Carlos Bonfim (Mestre em Relações económicas internacionais) e Ex-representante de STP na CEEAC, onde desempenhou as seguintes funções: Perito em comércio (Comunidade Económica dos Estados de África central - CEEAC), Diretor do Comércio, Alfândegas e Questões monetárias e financeiras – CEEAC, Diretor de Políticas Macroeconómicas, Comércio e Indústria – CEEAC, Presidente adjunto do Grupo regional de negociações do Acordo de Parceria Económica (APE) entre África central e União europeia, Membro da Task Force da União africana para a criação da Zona de livre comércio africano (ZLEC) e atualmente é Conselheiro técnico do Projeto Reforço das capacidades Institucionais da AFAP/Banco mundial);
5. E Joaquim Rafael Branco (Licenciado em Relações Internacionais, uma pós-graduação em Gestão de Empresas e Ex-Primeiro Ministro da República Democrática de São Tomé e Príncipe).

2.3. INSTRUMENTO, TÉCNICA, PROCEDIMENTOS E TRATAMENTO DE DADOS

Em termos de instrumento de recolha de dados, a investigação foi suportada por um guião de entrevistas previamente concebido e validado, ficando, por isso, evidente que a técnica utilizada foi a de inquérito por entrevista.

De acordo com Ghiglione & Matalon (1993), “para se aplicar este tipo de instrumento deve conciliar-se os objetivos do estudo com os locais das entrevistas.” Assim, para efeito de recolha de dados, em maior parte dos casos, deslocamo-nos aos gabinetes

dos entrevistados. Em casos pontuais, remetemos, por *e-mail*, o guião de entrevista aos participantes e recebemos as respostas por escrito.

Relativamente a procedimentos observados, importa referir que, numa primeira fase, os participantes foram contactados, uns por carta, alguns pessoalmente e outros por intermédio de terceiros.

De uma forma geral, as entrevistas tiveram lugar num lapso temporal aproximado de 40 a 50 minutos, tendo-se desenrolado num clima agradável e de total privacidade.

Em observância ao procedimento de consentimento informado, antes de darmos início as entrevistas, foi lembrado aos participantes o propósito que nos norteava. Em linhas gerais, nós nos identificamos; indicamos a nossa ligação institucional; valorizamos a participação e o contributo dos sujeitos no estudo e; por último, solicitamos a colaboração e ajuda destes para o cumprimento dos objetivos propostos.

Nos casos em que as entrevistas foram presenciais, solicitamos ainda a autorização dos participantes para proceder ao registo sonoro, razão por que tivemos a preocupação de garantir a confidencialidade das informações.

No que toca a gravação das entrevistas é o” único meio de conservar integralmente o que foi dito, tanto pelo entrevistador, como pelo entrevistado e o primeiro, liberto de preocupação de tomar notas, pode dedicar toda a sua atenção ao que diz e ao controlo das suas próprias reações (Ghiglione e Matalon, 1993),”

Para o registo sonoro, foi utilizado um telemóvel Wiko, modelo Lenny 3, com a opção de gravação de voz. Os dados recolhidos encontram-se evidenciados no capítulo de apresentação de discussão de resultados.

Relativamente ao tratamento de dados, tendo em atenção à questão de investigação, às hipóteses levantadas e aos objetivos apresentados no capítulo I (Introdução), consideramos no ponto anterior, ou seja, 2.1 (Natureza da investigação e enquadramento paradigmático), que seria mais adequado que o estudo assumisse a natureza qualitativa.

Ora, por força deste enquadramento qualitativo, torna-se imperioso que a análise de conteúdo se torne também o mais ajustado para o tratamento de dados recolhidos através das entrevistas. Reportando-se a essa forma de tratamento de dados, Silva &

Pinto (1986, p.104), refere que “ a finalidade de análise de conteúdo será efetuar inferências com base, numa lógica explicativa, sobre as mensagens cuja características foram inventariadas e sistematizadas.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

3.1. CONFLITOS NA ÁFRICA CENTRAL

O presente capítulo foi concebido com objetivo de procedermos ao enquadramento teórico do tema em estudo, tendo em atenção os conflitos da AC e a CEEAC.

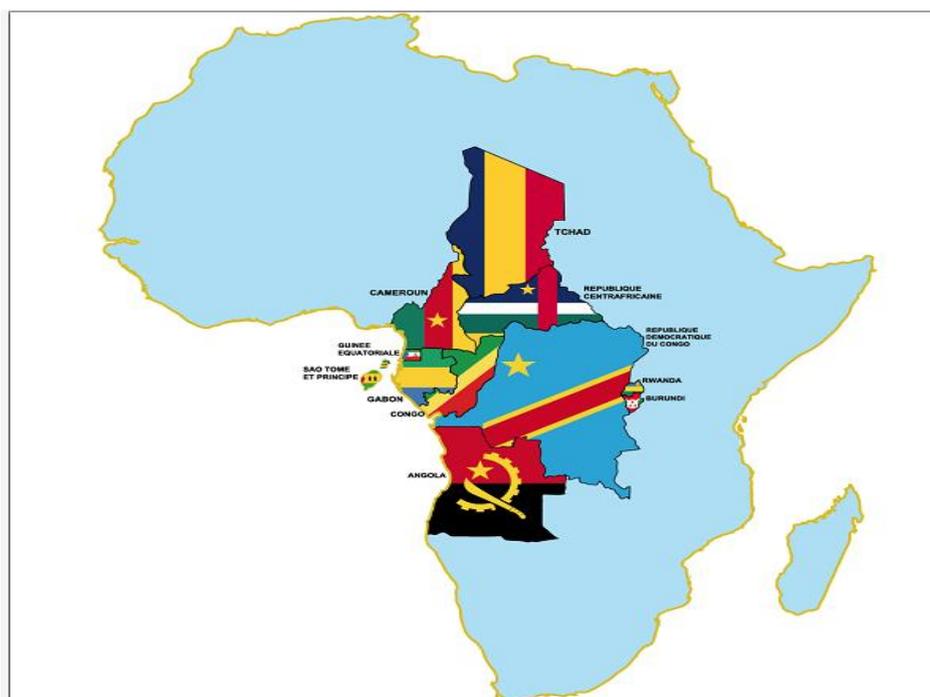


Ilustração 1 - Demarcação da África Central. (UNOCA, 2022).

O continente africano é constituído por um conjunto complexo e heterogéneo de povos, culturas, línguas, experiências históricas, ambientes naturais e geográficos e, atualmente, é constituído por 54 países, como acima se pode ver, em fases de diferente desenvolvimento político, demográfico, infraestrutural e socioeconómico. Nos seus cerca de 30 milhões de km² vivem mais de 1,3mil milhões de pessoas que pertencem a muitas centenas de grupos étnicos e praticam religião que vão do animismo ao cristianismo e ao islamismo. Por conseguinte, já não é possível falar do continente africano como um todo (Roque; 2018, p. 86).

E como fundamenta Aguiar (2013, pp 64 e 65) a África Central e Ocidental, em especial, o Golfo da Guiné, são sobejamente conhecidas pelos seus imensos recursos naturais (petróleo, gás, diamante, ouro e outros minerais, madeira, peixes, etc.) sendo sem dúvida, a região potencialmente mais rica da África.

Entretanto, principalmente os países da África Central, não obstante toda a riqueza, a maioria sofre do “Paradoxo da Abundância”, teoria igualmente conhecida como a “Maldição dos Recursos Naturais” (Pavia, 2016, p. 9).

Portanto, com tudo isso se pode entender que o referido continente possui não só uma vasta área geográfica, como também uma grande diversidade cultural que muitas vezes entra em choque com interesse nacional de cada Estado ao ponto de originar diversos tipos de conflitos.

Divisão regional da África de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU)



Ilustração 2 - Divisão regional da África de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). (Guitarrara, 2022).

Este continente, acima mencionado, tal como demais continentes, está dividido em regiões e sub-regiões. Contudo, nem sempre a divisão geográfica corresponde necessariamente aos diferentes interesses económicos, sociais, políticos e, mesmo demográfico dos Estados partes. Deste modo, percebe-se que a “regionalização” pode ser “traçada,” não só em função dos critérios estritamente geográficos, mas também de acordo com interesses comuns dos Estados, podendo ultrapassar as fronteiras físicas.

Não sendo a única divisão possível, pode-se, de uma forma geral, entender que a ONU fraciona a África em, pelo menos, cinco regiões, a saber, África do Meridional, África Ocidental, África Setentrional, África Central e África Oriental.

A divisão sugerida atende a critérios geográficos, mas também a um conjunto de características gerais de índoles económicas, sociais, políticas, demográficos e ambientais relativamente próximas.

Ora, reportando-nos a AC, objeto do nosso estudo, trata-se de região que, tal como a própria designação sugere, se localiza no centro do continente africano, sendo demarcada, de acordo com o Departamento de Estatísticas das ONU, como a área geográfica que compreende um conjunto de países formado, essencialmente, pelas Repúblicas de Angola, de Burundi, do Congo (Zaire), do Congo Democrático, do Gabão, da Guiné Equatorial, Centro Africana, do Ruanda, de São Tomé e Príncipe, do Sudão do Sul e do Chade.

Atendo ao elevado grau de credibilidade internacional de que beneficia o órgão acima referido, o nosso trabalho foi desenvolvido, tendo em atenção a lista de países acima referenciados.

3.2. DOS CONFLITOS NA REGIÃO

Os países da AC, de uma forma geral, constituíram-se como Estados independentes durante as décadas de 60/70, como resultado do processo de descolonização vivido no continente. Contudo, percebe-se que desde então a região tem sido palco de vários conflitos de naturezas distintas, nomeadamente, étnicos, políticos e militares, que têm constringido o seu crescimento socioeconómico e, por consequência, o DS dos países integrantes, não obstante a maioria desses disporem-se de grandes reservas de recursos naturais diversos.

A ideia acima plasmada é corroborada por Miguel (2014, p. 68) que afirmara o seguinte:

[...] A região central do continente tem sido caracterizada como uma zona de África bastante problemática. A partir dos anos 60, altura em que grande parte destes países se tornou independente, tem vindo a registar inúmeros conflitos, não só de ordem interna e infra-estrutural, (fruto de processos independentistas malconduzidos) como também de conflitos inter-Estados, motivados fundamentalmente por razões étnicas.

De facto, se fizermos uma breve incursão na literatura especializada, é possível indicar vários conflitos, ao longo das últimas quatro décadas, bem como as respetivas consequências em termos de perda de vidas humanas, em quase a totalidade dos países da região. Assim, o quadro abaixo confere-nos uma visão aproximada da situação registada:

Tabela 2 - Principais guerras na África Central no pós II Guerra Mundial

País	Data	Guerras	Tipo	Mortes
Angola	1995-2002	Guerra Civil	Mista	500 mil
Brundi	1993-2005	Guerra Civil	Intra-estatal	300 mil
Congo (RDC)	1996-2003	Primeira e segunda Guerra do Congo Democrático	Mista	+ 3,8 milhões
Congo Brasaville	1997	Guerra Civil	Intra-estatal	10 mil
República Centro-africana	2004-2008	Guerra civil	Mista	+1 mil
Ruanda	1990-1994	Guerra Civil	Intra-estatal	500mil
Sudão do Sul	19983-2005	Segunda Guerra Civil	Intra-estatal	1,9 milhão
Chade	1966–1990	Guerra civil	Mista	60 mil

Fonte: Silva, 2011

Tendo em atenção os conflitos indicados na tabela nº 2, embora complexa e particular a cada caso, em termos de características, é possível perceber que existe praticamente um consenso entre os académicos e politólogos quanto aos seus principais aspetos, identificados por Machado (2012, p. 102), nomeadamente,

consequências do neocolonialismo; ausência de instituições burocráticas sólidas, instabilidade política; pobreza; má distribuição de renda; falta de assistência básica em saúde e educação; taxas de crescimento negativas ou baixas; dependência das exportações de mercadorias e apoio internacional segmentado.

A crise humanitária na África central

Tal como podemos ver na tabela que acima se encontra os conflitos têm consequências nefasta para qualquer sociedade onde ocorrem, contudo, além de ceifar a vida humana estes arrastam consigo outras consequências e que dentre elas a mais discutida e preocupante na região da África Central, nestes últimos anos, tem sido crise humanitária.

Deste modo, segundo o Comité consultatif permanent des Nations Unies (2021, p. 9) a África Central continua a ser uma das regiões mais afetadas pela crise humanitária no

continente. Com efeito, a África Central tem quase 10 milhões de refugiados e deslocados. Esta crise humanitária está ligada à persistência de conflitos armados e à violência e aos fatores das alterações climáticas. A RCA, a RDC e os Camarões têm o maior número de pessoas que sofrem de violência armada. Além da RDC, camarões e Chade acolhem um grande número de refugiados da região.

Tabela 3 - Situação dos refugiados, dos deslocados internamente e dos retornados à África Central

Países	Situação de deslocamento forçado na África Central
Angola	<ul style="list-style-type: none">▪ 16172 refugiados registados no país▪ 30.136 requerentes de asilo
Burundi	<ul style="list-style-type: none">▪ 270.000 burúndios estão a recair refugiados na Tanzânia, RDC, Ruanda, Uganda, Quênia, etc.▪ Mais de 60.000 pessoas regressaram ao país em 2021▪ 122.000 movidos
Camarões	<ul style="list-style-type: none">▪ 458.901 refugiados e requerentes de asilo registados no país▪ 1052.595 mudaram-se internamente▪ Realojados 466.578 ex-deslocados▪ 78.560 Camarões refugiados principalmente na Nigéria
RCA	<ul style="list-style-type: none">▪ 711.294 pessoas deslocadas interno▪ 9.517.901 refugiados e requerentes de asilo registados no país▪ 733.000 centros africanos de refugiados para atravessar vários países principalmente nos Camarões, RDC, Congo e Chade
Congo	<ul style="list-style-type: none">▪ 52.631 refugiados e requerentes de asilo registados no país▪ 304.430 pessoas deslocadas
RDC	<ul style="list-style-type: none">▪ 535.253 refugiados registados no país.▪ 260.000 pessoas deslocadas interno.▪ 449 refugiados congolezes em vários países, metade deles no Uganda
Gabão	<ul style="list-style-type: none">▪ 393 refugiados e requerentes de asilo registados no país
Guiné Equatorial	<ul style="list-style-type: none">▪ Estatísticas não disponíveis
Rwanda	<ul style="list-style-type: none">▪ 125.747 refugiados e requerentes de asilo.
São Tomé e Príncipe	<ul style="list-style-type: none">▪ Nenhum caso registado

Tchad	<ul style="list-style-type: none">▪ 523.000 refugiados registados no país, principalmente do Sudão e da RCA▪ 406.000 pessoas deslocadas▪ 109 pessoas regressaram.
-------	---

Fonte: Compilação a partir de estatísticas do HCR, OCHA e UNICEF *apud* Comité consultatif permanent des Nations Unies (2021, p. 9-10, tradução nossa).

Portanto, tomando como base os dados estatísticos que se encontram na tabela acima, se pode deduzir que além de números de mortes resultantes de conflitos na África Central, também se tem verificado aumento de refugiados e deslocamento em massa da população, devido o clima de insegurança que se tem sentido em quase toda a região, além de poucos retornados, por causa da falta de políticas práticas que promovam a paz e segurança nesta. E como consequência dessa situação toda, a região da África Central enfrenta, atualmente, a grave situação da crise humanitária que tem sido bastante preocupante em quase toda a região.

3.3. POLÍTICA DE SEGURANÇA E DEFESA NA REGIÃO DA ÁFRICA CENTRAL

Antes de entrarmos na questão da política de segurança e defesa dessa região é de salutar importância entendermos bem o conceito de segurança.

O território e a alimentação sempre estiveram na base dos conflitos da vida na sociedade. E para solucionar os problemas que surgiam, as tribos de forma organizada nomeavam líder. Contudo, este, devido a complexidade de novos problemas nem sempre conseguia apresentar soluções. Mas, com o surgimento do conhecimento estatal, que se vislumbrou com a evolução dos Estados, começaram a dar mais atenção a questão de segurança, pois constataram que é o meio mais viável para alcançar a paz e o desenvolvimento (Carvalho Filho, Silva, *et al.*, s/d).

Portanto, este conceito faz-nos perceber que o conceito da segurança não é algo novo, mas sim antigo, porque como assegura o texto acima o homem sempre se preocupou com a sua segurança tanto individual, como coletiva.

Assim sendo, “Segurança” é decerto a palavra que mais significado oferece no seio da atividade humana, se bem que do mesmo se deduza um sentido mínimo comum, em plena correspondência a sua raiz etimológica: do latim, *sine cure*, segurança implica sempre proteção, havendo a despreocupação quanto a um cuidado de que não se carece (Gouveia, 2020, p. 93).

Isto faz-nos entender que o conceito de segurança não deve ser visto somente no sentido restrito, mas também no sentido abrangente. Isto é, no sentido amplo. Deste modo, na ótica de vários precursores, incluindo a escola de Copenhague que através de Tanno (2003, p. 62-69) elenca vários sectores de segurança e que dentre os quais temos:

a) O Setor Militar

Na visão do Tanno (2003, p. 59),

O setor militar seria dominado pelas relações de força, o setor político pelas relações de autoridade e reconhecimento externo, o setor econômico pelas relações de comércio, produção e finanças, o setor societal pelas relações entre identidades coletivas e, por fim, o setor ambiental seria caracterizado pelas relações entre as atividades humanas e a biosfera.

Portanto, com isso se percebe que na área militar, o Estado será, o principal objeto de referência no campo da segurança, e as elites militares conformarão os principais atores securitizadores.

b) O Setor Político

A Escola de Copenhague define que ameaças políticas têm por objetivo destruir ou abalar a estabilidade organizacional do Estado.

Ameaças políticas podem ser classificadas como estruturais e intencionais. Estas são verificadas na recusa de um país em reconhecer a legitimidade de um Estado/governo estrangeiro ou na rejeição do governo por um grupo doméstico; aquelas derivam de contradições entre os princípios organizacionais dos Estados. Ameaças estruturais originam-se, portanto, de conflitos entre princípios como liberalismo, comunismo, capitalismo, autodeterminação, democracia etc (Tanno, 2017, p. 64).

c) O Setor Societal

De acordo com Wæver *et al.*, (*apud* Tanno, 2017, p. 64-69) Afirma o seguinte:

“[...] a definição das ameaças a esse setor varia com o entendimento de sociedade utilizado. Os pesquisadores desta Escola asseveram que a sociedade é mais do que as somas das partes, mas não pode ser reduzida ao indivíduo porque depende da existência de identidade coletiva. Existe, no entanto, uma distinção ontológica entre Estado e sociedade que permite que esta possa reproduzir-se de forma autônoma. A identidade coletiva deriva do sentimento de que o grupo constitui uma entidade. No sistema internacional moderno, as identidades estão geralmente organizadas sob a

forma de tribos, clãs, nações, civilizações e religiões. As ameaças sociais existem, portanto, quando estas entidades se encontram em perigo.”

“Nesta base, podemos concluir que no sistema internacional contemporâneo, segurança social se refere à habilidade de uma sociedade de permanecer com suas características essenciais sob condições mutáveis de ameaças possíveis. Especificamente, é sobre a sustentabilidade dentro de condições aceitáveis para a evolução de padrões tradicionais de língua, cultura, associação, identidade e costumes religiosos e nacionais [...] segurança social se refere a situações em que sociedades percebem a ameaça em termos de identidade.”

d) O Setor Económico

No setor económico, a existência de posições ideológicas inconciliáveis torna controversa a análise das ameaças. Acrescente-se a essa dificuldade o fato da competição ser uma característica básica da economia capitalista. O capitalismo é sistema dominado pela insegurança. O paradoxo é bem explicado por Buzan (*apud* Tanno, 2017, p. 64-69): ““Aqui está o paradoxo central: se os atores devem estar inseguros, o que “segurança económica” significa no contexto de mercado?””. Ele mesmo responde argumentando que o dilema é resolvido quando se estabelece que a insegurança econômica constituirá ameaça quando ultrapassar a esfera econômica, estendendo-se para as esferas militar e política.

De acordo com esta definição, seriam ameaças aquelas dirigidas aos setores económicos, aquelas que põem em causa a sobrevivência física do Estado (provisão de materiais estratégicos e indústrias de base) e que são fundamentais no esforço de guerra.

e) E o Setor Ambiental

No século XX, a intensificação das atividades industriais afetou enormemente as condições de vida no planeta. Entretanto, somente há pouquíssimo tempo constatou-se que, além das conquistas humanas serem condicionadas pelo ambiente, estes também as condicionam.

Além disso, tal como defende Cunha (2018, p. 53) segurança é o dever do Estado de criar condições para que o indivíduo possa viver em comunidade livre de ameaças, em liberdade e bem estar; é um estado em que a satisfação de necessidade e desejo estão garantidos pelo caráter daquilo que é firme ou daquele com quem se pode contar ou a quem se pode confiar inteiramente; a tranquilidade que dela resulta é a situação em que não há nada a temer. Já defesa é meio ou método de proteção; capacidade de resistir

a ataque; equipamento ou estrutura de proteção; complexo industrial que autoriza e supervisiona a produção e aquisição de armamentos e demais recursos militares afins.

Portando, analisando bem o conceito do autor acima citado, percebe-se logo que o protagonista da segurança é o homem, porque todos os sectores da segurança defendidos pela Escola de Copenhague giram em torno do individuo. Com base nisso, a ONU apresenta outra área de segurança, a segurança humana e que, por sua vez, esta organização inventaria várias vertentes, que no quadro abaixo se encontram.

Deste modo, a Comissão de Segurança Humana das Nações Unidas, definiu no relatório Human Security Nowde, *apud* Alencar (2016, p. 9) a segurança humana como a proteção vital de toda vida humana de forma aumentar as liberdades e a realização humana. A segurança humana significa a proteção das liberdades fundamentais, que são essenciais para a vida. Significa proteger as pessoas de críticas (grave) ameaças difundidas (generalizada) e situações. Significa usar de processos para construir força e aspirações das pessoas. Isso significa a criação de sistemas políticos, sociais, ambientais, militares e culturais para juntos oferecer às pessoas elementos básicos de sobrevivência, subsistência e dignidade.

Já Cardoso e Ferreira (2005, p. 23) defendem que a segurança humana consiste na forma como o povo vive e respira numa sociedade que faz livremente as suas escolhas variadas e tem acesso ao mercado e oportunidades sociais.

f) Segurança humana

Assim, como acima já foi referido a segurança humana pode e deve ser analisada em várias vertentes. Neste sentido, na perspectiva de Alencar (2016, p. 8) abaixo segue a tabela da Comissão de Segurança Humana (CHS) das Nações Unidas, com cada tipo de segurança abordado no Relatório, e as suas possíveis ameaças à segurança dos indivíduos.

Tabela 4 - As vertentes da segurança humana e suas principais ameaças

Tipos de segurança	Exemplos de principais ameaças
Segurança econômica	Pobreza persistente, desemprego
Segurança alimentícia	Fome
Segurança na saúde	Doenças infecciosas mortais, alimentos não seguros, desnutrição, falta de acesso a cuidados básicos de saúde
Segurança ambiental	Degradação ambiental, esgotamento de recursos, desastres naturais, poluição
Segurança pessoal	Violência física, crime, terrorismo, violência doméstica, trabalho infantil
Segurança comunitária	Tensões étnicas, religiosas, ou de outra base de identidade
Segurança política	Repressão política, abuso aos direitos humanos

Fonte: Adaptado a partir de Human Security in Theory and Practice Report (CHS, 2009, p. 6) *apud* Alencar (2016, p. 9)

Esta tabela está composta por duas colunas e oito linhas, onde podemos encontrar na primeira coluna as diversas vertentes da segurança humana e na segunda as suas principais ameaças que podem pôr em causa, não só o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de qualquer Estado que não luta contra estas ameaças, como também os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definidos na Cimeira da Organização da Nações Unidas realizada em Nova Iorque (EUA), de 25 a 27 de Setembro do ano 2015. Objetivos esses que na visão de Moura Roque (2019, p. 91), é resultado do trabalho conjunto de governos e da sociedade civil de todo o mundo, de forma a criar um paradigma global, para erradicar a pobreza, promover a prosperidade e bem-estar (felicidade), proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

Neste sentido, Bernardino L. (2018, p. 118 e 119) afirma que a segurança em África é considerada atualmente no contexto mundial, uma prioridade estratégica pois, como sabemos, sem segurança não existe desenvolvimento sustentado e sem desenvolvimento não podemos ter segurança. Não a segurança clássica do Estado ou das suas organizações, mas a dimensão da segurança “real”, sentida e centrada na pessoa humana. Esta realidade atual mostra-nos que se evoluiu do conceito de segurança clássico, para um conceito de segurança humana, abandonando o conceito

de identidade de segurança nacional, centrado no Estado, para o de segurança humana, focalizado agora nas sociedades, nas populações e em último rário, no ser humano.

Portanto, no presente século em que estamos e face aos novos desafios que enfrentamos, se pode dizer que a segurança e defesa deixa ser uma responsabilidade exclusiva do Estado e passa a ser de todos os cidadãos.

Deste modo, no que concerne aos Estados da África Central, nas últimas quatro décadas, tem-se apresentado um historial marcado por instabilidade, conflitos armados violentos e graves (cujas causas se encontram abordadas no ponto que se segue) e que por sua vez culmina com o colapso das suas diversas economias.

E tal como argumenta Ribeiro (2010, p. 40) a importância da segurança como factor essencial para o desenvolvimento, que ressaltou dos conflitos em África, levou a que os aspectos de segurança e defesa nos últimos anos passassem a ter um maior relevo no âmbito das políticas e estratégias, até então essencialmente focadas no desenvolvimento.

Assim, com base nisso pode-se concluir que não se pode dissociar a questão da segurança e defesa, do desenvolvimento sustentável na África Central. No entanto, com o propósito de alcançar o desenvolvimento acima referido, os Estados africanos organizaram-se e criaram a OUA, em 1963 com os seguintes objetivos:

- a promoção da unidade e solidariedade entre os Estados Africanos;
- a coordenação e intensificação da cooperação entre eles;
- a defesa da soberania;
- integridade territorial e independência, com conseqüente fim do colonialismo em África;
- E a promoção da cooperação internacional.

Para alcançar tais objetivos, os Estados-Membros comprometeram-se a cooperar a nível político, cultural e educacional, nas áreas sanitárias, técnicas e de saúde, ciência e tecnologia, defesa e segurança (Diallo *apud* Trindade 2016, p. 24).

Porém, esta (OUA) fracassou, porque não conseguiu enfrentar e ultrapassar os diversos tipos de desafios que foram surgindo. Desafios esses, que eram de natureza - políticos, estruturais, jurídicos, étnicos, culturais e económicos. Assim, por causa deste fracasso, ela dá lugar a sua sucessora, em Maio de 2002, a União Africana (UA).

Neste âmbito, esta última criada em 2002, através dos seus Estados membros, onde os da África Central se enquadram, cria a Arquitetura de Paz e Segurança Africana que visa prevenir, gerir e resolver conflitos.

Desta feita, de acordo com o Tribunal de Contas Europeu, no seu relatório especial nº 20 (2018, s/p) esta estrutura apresenta as seguintes componentes:

Componentes da Arquitetura de Paz e Segurança Africana a nível da União Africana



Ilustração 3 - Componentes da Arquitetura de Paz e Segurança Africana a nível da União Africana

Fonte: Adaptado a partir de Tribunal de Contas Europeu, no seu relatório especial nº 20 (2018, s/p)

Portanto, a ilustração que acima se encontra nos faz entender que a União Africana, bem como as organizações sub-regionais africanas, onde a Comunidade Económica dos Estados da África Central se enquadra têm trabalhado em parceria com outras organizações internacionais (ONU e EU) e com algumas superpotências para a promoção da paz e segurança em toda a região da África Central, pois sem elas não haverá o desenvolvimento sustentável almejado na região. Todavia, no que toca a política de estratégia de segurança e defesa para região da África Central, é importante que deem uma atenção especial às áreas mais vulneráveis não só na região em geral, como no interior de cada Estado desta mesma região. Isto porque, estas áreas facilitam

crimes como tráfico de drogas e armas fáceis de manusear, furtos, a operação das organizações criminosas, homicídios, violências extremas e recrutamento da mão-de-obra infantil, muitas vezes por parte dos grupos terrorista. Desta forma, seria bom que investissem mais, nestas zonas identificadas como vulneráveis, na área da educação, saúde, construção de parques de lazeres que por sua vez irá promover o turismo, criação de mais postos de trabalhos, intensificar a vigilância por parte de forças de segurança e defesa, reduzir a pobreza e engajar meios que que ajudem a combater todas as ameaças que possam pôr em causa a paz e a segurança, em todas as suas vertentes e que conseqüentemente impossibilita o desenvolvimento sustentável em toda a região da África Central. E por fim, reforçar a cooperação internacional, porque, tal como argumenta Cabral (2021, s/p), “hoje em dia não existem Estados autossuficientes e, necessariamente, é quase impossível um Estado resolver os seus problemas sozinho, independentemente de ser um problema de cariz económico, social, ambiental, dentre outros problemas.”

3.4. CAUSAS DOS CONFLITOS NA ÁFRICA CENTRAL

Sem precisarmos de ser exaustivos na indicação das respetivas causas, podemos referir que existem vários politólogos e outros cientistas políticos e sociais que têm vindo a debruçar sobre os conflitos na AC, procurando vislumbrar as causas e eventuais formas de resolução.

3.4.1. CAUSAS ESTRUTURAIS

Assim, as ideias de Santos (2011, p. 32) foram tomadas como base de reflexão no contexto da nossa investigação. O autor citado aponta, pelo menos, seis causas estruturais, abaixo elencadas e sintetizadas, que estarão na base dos conflitos na AC.

- **Debilidade institucional**

Deste modo, Santos (2011, p. 32) sobre esta expõe:

Após a conquista da independência em vários países africanos, incluindo os da África Central, estes países passaram a ser dirigidos pelos seus próprios nacionais que depois enfrentaram enormes problemas, devido o elevado taxa de analfabetismo que conseqüentemente debilitava, cada vez mais, as instituições, gerando, por sua vez, instabilidade política e diversas guerras civis.

Na verdade, logo após a independência os nacionais assumiram o país, contudo não tinha quadros capazes de assegurar as instituições estatais ao ponto de promover desenvolvimento sustentável. Por isso, todas elas (instituições), se imergiram numa crise crónica de debilidade institucional.

- **Rivalidades étnicas**

No que concerne às rivalidades étnicas, Santos (2011 p. 32) afirma:

As potências coloniais não levaram em conta os interesses das populações locais ao traçarem os limites de seus domínios africanos. As novas fronteiras separavam cerca de 190 grupos étnicos e culturais. Em outros casos, os territórios coloniais englobavam dezenas ou centenas de grupos diversos e independentes, sem história, cultura, língua ou religião em comum. Só na Nigéria, por exemplo, haveria 250 grupos etnolinguísticos. Fronteiras essas que impossibilitaram a formação da identidade em diversas regiões do continente africano que por sua vez é bastante importante no processo de desenvolvimento de uma determinada sociedade. Portanto, as rivalidades étnicas constituem também as causas dos diversos conflitos da África Central.

Portanto, a cultura é a identidade de um povo, contudo as potências coloniais ao traçarem os limites do seu domínio não refletiram sobre as consequências desastrosas que resultariam dessas fronteiras artificiais que impuseram e que por causa disso muitas culturas entraram em choques ao ponto de despoletar conflitos e guerras que dizimaram muitas tribos e etnias.

- **Diferenças religiosas**

De acordo com Santos (2011 p. 32) “as tentativas de imposição da Sharia às populações não islâmicas têm figurado como causas de conflitos africanos, conforme ilustra o caso do Sudão.”

Seguindo esta ordem de ideia, percebe-se que a religião tem vindo a influenciar, desde tempos mais remotos, muitas vidas e culturas em sociedade. Influência essa, que levou muitas vezes ao radicalismo no mais alto extremo que, por sua vez, culminou com a imposição forçada das suas doutrinas e como consequência disso temos diversos conflitos que lá já ocorreram. E como exemplo disso, temos o caso acima mencionado.

- **Fatores ambientais e exploração de recursos naturais**

Santos (2011 p. 32) afirma:

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, pela Resolução 1625, reconheceu a ligação entre a exploração e tráfico ilegais de recursos naturais e a eclosão, expansão e prolongamento dos conflitos armados. E como exemplo disso, temos Angola com o contrabando de diamantes e a República Democrática de Congo, a vítima de roubo de minérios (ouro, cobalto, cobre, urânio e coltan) pelas grandes firmas sediadas em países desenvolvidos.

- **Factores demográficos**

Sobre este aspeto, Santos (2011, p. 32), expôs:

O continente africano já tem, com passar do tempo, enfrentado diversos problemas referente a doenças diversas, fome, catástrofe ambiental e entre outros. Além desses acima mencionados, é de capital importância referir ainda que a África enfrenta na atualidade um outro problema que é o crescimento demográfico excessivo que consequentemente origina escassez de terras e que, por sua vez, pode levar os jovens a se engajarem em conflitos.

- **Proliferação de armas**

Outra causa que tem sido apontada refere-se à proliferação de armas. Em relação a essa questão, Santos (2011, p. 41) afirma que “não se pode dizer que a existência de armas, em si, seja uma causa de conflitos. No entanto, uma vez iniciado um conflito, a ampla disponibilidade de armas pode contribuir para a expansão da escala e letalidade dos combates.”

De facto, percebe-se que uma grande quantidade de armas leves e fáceis de manusear, estando nas mãos da população civil, qualquer descontentamento social pode facilmente dar lugar ao conflito armado.

3.4.2. CAUSAS PRÓXIMAS

De igual modo, Cravino (2009), para além de corroborar as causas estruturais apresentadas por Santos (2011, p. 41), apresenta também um conjunto de causas que designa de causas próximas do conflito em África, a saber:

- **Estados Fracos ou Fracassados** – “Os estados “fracos” são responsáveis por uma crescente violação dos direitos do homem, por provocar desastres humanitários, por ondas maciças de emigração e por albergar terroristas internacionais. Consequentemente, cria-se um círculo vicioso que conduz à

violência, à repressão e empurra o país para uma situação de miséria, de anarquia ou caos.”

- **Liderança** – “De acordo com Léopold Sédar Senghor, *citado in Cravino (2009, p. 9)* o espírito que reveste os regimes presidencialistas na África negra encontra-se assente não no indivíduo, mas no homem, ou seja, não no funcionário do Estado que tudo fará para zelar pelo bem da comunidade, mas na pessoa que detém o poder de governação e a ele recorrerá sempre que em causa estiverem os seus próprios interesses.”
- **Democratização e Processos Eleitorais** – “De acordo com Afrifa Gitonga, em *África, citado in Cravino (2009, p. 17)* a democracia encontra-se ligada a barrigas cheias e a mentes tranquilas e só um desempenho económico sustentado poderá assegurar este equilíbrio. O quarto elemento indispensável à manutenção da democracia será a neutralidade do Estado em relação às instituições governamentais que, por sua vez, deverão permitir que os partidos políticos ajam num ambiente justo com igualdade de oportunidades. Ora esta realidade ainda não emergiu em muitos dos países africanos onde apesar de o multipartidarismo ser um facto, muitos dos grupos de oposição partem para o escrutínio em clara desvantagem. Em casos mais extremos chega a verificar-se a existência de todo o tipo de fraudes eleitorais que podem ir desde a destruição das urnas, à milagrosa multiplicação dos votos.”

Portanto, tal como argumenta o autor acima citado, estas três causas têm uma relação muito próximas dos diversos conflitos ocorridos nos países da África Central. Isto porque, em primeiro lugar, os Estados fracos, por causa das suas características, na política de estratégia e tática de segurança internacional, são considerados terreno fértil para ação tanto das organizações criminosas, como dos ataques brutais e violentos dos grupos terroristas.

Em seguida, o sistema de liderança implantado em muitos Estados dessa região é sinónimo de corrupção. E por fim, na democratização e processo eleitoral, os líderes, como forma de manterem no poder recorrem aos meios maquiavélicos e que vão desde fraudes eleitorais até a perseguição política que muitas vezes estão na génese dos conflitos nessa região e que conseqüentemente levam à mortes.

3.4.3. CAUSAS PROFUNDAS

Por fim, Moura Roque (*apud* Roque, 2019, p. 61-62) afirma que na maioria dos casos os conflitos em África têm raízes profundas, sendo motivados pela intolerância religiosa cultural e étnica, bem como pela luta de classe. São adicionalmente importantes o elevado nível de desigualdades na distribuição do rendimento, da riqueza e das oportunidades, na apropriação de recursos naturais e de territórios.

Com base nisso, a autora acima citada apresenta diversas causas dos conflitos em África que se encontram na seguinte tabela:

Tabela 5 - Raízes profundas ou causas dos conflitos em África

As causas dos conflitos em África	Principais motivações
De natureza política	<ul style="list-style-type: none">➤ Concentração de poder num grupo social (e /ou étnico, e/ou religioso) e dificuldade em reconhecer a legitimidade dos valores e interesses dos outros grupos;➤ Fundamentalismo político;➤ Ausência de meios institucionais através dos quais os excluídos do poder efetivo possam identificar e satisfazer suas necessidades e interesses;➤ Ineficiente enquadramento legal que possibilite a conciliação de interesses divergentes;➤ Diferentes identidades sociais, culturais, religiosas, valores e interesses dos grupos étnicos e linguísticos;➤ Violação dos direitos humanos fundamentais;➤ Corrupção;➤ Influências externas perversas que agudizam as diferenças e tensões.
De natureza económica	<ul style="list-style-type: none">➤ Desigualdade na distribuição do rendimento, dos recursos e riqueza;➤ Desequilíbrios regionais e urbano-rurais grave;➤ Política macroeconómica distorcida e má governança;➤ Elevados níveis de pobreza e de exclusão social.
De natureza cultural, social e religiosa	<ul style="list-style-type: none">➤ Inexistência de infra-estruturas básicas, nas áreas da educação, da saúde, acesso à água e saneamento;➤ Exclusão social, falta de solidariedade e desigualdade de género;➤ Manipulação de sentimento religioso, culturais e étnico por parte dos líderes;

	<ul style="list-style-type: none">➤ Imposição a sectores das populações de uma identidade cultural e religiosa com as quais não se identificam;➤ Fanatismo religioso e cultural e existência de elementos subversivos que querem pelo poder da força impor o autodenominado Califado.
--	--

Fonte: Adaptado a partir de: Roque (2019, p. 61-62).

Sendo assim, esta tabela, que acima se encontra, ajuda-nos perceber que os diversos conflitos ocorridos na África Central não só têm causas cujas raízes são profundas, como também as motivações que estão por detrás de cada uma delas.

Independentemente do que fica acima referenciado, como sendo causas dos conflitos, torna-se necessário que os Estados africanos, de uma forma em geral, e da AC, em particular, façam uma “introspeção” e criem mecanismos que potencializem diálogos nacionais e inter-Estados, como forma de resolução de conflitos, sendo esta uma das primeiras etapas para se granjear concórdia alargada, elemento básico, sem o qual o crescimento socioeconómico e o DS não serão possíveis.

A esse respeito, um antigo Primeiro-ministro da República Centro-Africana, citado *in* Ramos (2006, p. 4-5), afirmou que “mais de 40 anos, depois da vaga de independências de 1960, não podemos continuar a atribuir a responsabilidade exclusiva das nossas desgraças ao colonialismo ou ao neocolonialismo das grandes potências, aos brancos, aos comerciantes estrangeiros [...]”. O autor citado foi perentório em afirmar que “a violência, a má gestão do bem público, o roubo em grande escala, a não-aceitação de diferenças entre etnias, tudo isto tem causas endógenas, pelo que as admitir seria o começo da tomada de consciência e, portanto, da sabedoria.” Com base nisso pode-se dizer que a má governança tem sido também uma das causas dos conflitos ocorridos na África Central.

Tal como declara Peters (2013, p. 32):

Governar não é uma tarefa fácil e falhas são comuns. Mas é crucial compreender as fontes dos fracassos. Esse exercício de articulação das dimensões da governança e a demonstração de algumas das tarefas exigidas para cada uma ajudará a identificar as fontes dos problemas de governo e, portanto, também ajudará no aperfeiçoamento da governança. A busca de uma boa governança permanece um desafio constante para todos os governos e cidadãos.

E como se não bastasse, na visão da Comissão da União Africana (2006), refundar a Governança revela-se, por conseguinte, ser de uma importância vital para a África. Mas

como conseguir chegar a tal refundação? Enunciar novas regras ou produzir planos de ação, baseados em análises pertinentes, não será o suficiente. A refundação da governança em África exige transformações muito mais profundas das atitudes e aptidões dos atores, com vista à elaboração de novas práticas em matéria de gestão pública, fundadas em valores, marcos e princípios conhecidos, reconhecidos e aceites por todos os atores.

Portanto, esses problemas relacionados com a governança, acima mencionados, têm levados os países dessa região à, cada vez mais, situação de pobreza, conflitos, instabilidade institucional, e insegurança em todas as vertentes. Deste modo, a má governança, é também uma das causas dos conflitos ocorridos na África Central nas últimas quatro décadas. Neste sentido, o melhor caminho é apostar na boa governança, porque investir nela é caminhar rumo ao desenvolvimento socioeconómico.

3.5. DA COMUNIDADE ECONÓMICA DO ESTADOS DA ÁFRICA CENTRAL

3.5.1. SÚMULA HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA CEEAC



Ilustração 4 - A representação da Comunidade Económica do Estados da África Central. ([Adaptado a partir de:] Comunidade Económica dos Estados da África Central – CEEAC. 2022)

A Comunidade Económica dos Estados da África Central foi criada em Libreville, em Dezembro de 1981. Integram a Comunidades onze países, a saber Angola, Burundi,

Camarões, República Centro Africana, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo e Ruanda.

Segundo AIP (*apud* Nascimento, Género *et al.*, 2019, p. 113), na origem da CEEAC, estão duas comunidades anteriores, que decidiram intensificar a integração comercial e criar uma comunidade económica mais ampla. Referimo-nos a União Aduaneira Económica da África Central- UAEAC e ao Grupo Económico dos Países dos Grandes Lagos- GEPGL.

Sendo assim, a CEEAC iniciou as suas funções em 1985 e dentre os objetivos que deviam nortear a sua atuação destacam-se a promoção da cooperação e o desenvolvimento autossustentável, com particular relevância para a estabilidade económica e a melhoria da qualidade de vida das respetivas populações.

No início, a política da CEEAC incluía um plano para ser implementado em doze anos, tendo como fins estratégicos, a eliminação de impostos alfandegários entre os Estados membros e estabelecimento de uma pauta externa comum; consolidação do livre movimento de bens, serviços e pessoas; melhoraria da indústria, do transporte e das comunicações; a união dos bancos comerceia e a criação de um fundo de desenvolvimento.

Em termos mais concretos, Associação Industrial Portuguesa (2014, p. 24), indica os principais objetivos da CEEAC.

Tabela 6 - Objetivos da CEEAC

N/O	Objetivos
1	Alcançar «autonomia coletiva» dos Estados Membros (EM).
2	Melhorar o padrão de vida das populações.
3	Manutenção da estabilidade económica através de uma cooperação harmoniosa.
4	Estabelecimento de um «Mercado Centro-Africano» comum.

Fonte: Produzida a partir de dados disponíveis in Commuauté Economique des États de L'Afrique Centrele (2009)

Os objetivos apontados na tabela acima são claros e revelam o empenho dos Estados signatários em desenvolver uma política económica comum, que possa alavancar o DS

da AC. Contudo, os conflitos recorrentes poderão estar a comprometer essas políticas e os objetivos propostos aquando da criação da CEEAC.

Além disso, “atendendo que a CEEAC foi fundada a 18 de Outubro de 1983, com a missão de, por um lado, promover o desenvolvimento económico, social e cultural da África Central e, por outro, criar o mercado comum Centro Africano. Porém, a CEEAC não conseguiu alcançar os seus objetivos, devido a insuficiência dos mecanismos institucionais da CEEAC, bem como a multi-adesão de alguns Estados-membros da CEEAC às Comunidades Regionais de Integração Económica, o incumprimento de pagamento da contribuição e a discrepância entre os textos fundadores as decisões comunitárias” (Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Central, 2020, p. 15).

Repontando-nos a STP, CEEAC (*apud* Nascimento, Género *et al.*, 2019, p. 113) afirma que São Tomé e Príncipe aderiu ao Tratado Constitutivo da CEEAC em outubro de 1983 assinado pelo Ex-Presidente da República, Manuel Pinto da Costa.

Nas últimas quatro décadas, em quase todos os países da África Central tem-se verificado práticas como a alteração da constituição para benefício próprio dos líderes que se encontram no poder, fraude eleitoral, surtos de violência, muitas vezes, extrema e com envolvimento de grupos terroristas. Práticas essas, que consequentemente fragilizam a democracia em toda a região da África Central.

No entanto, Gonçalves (2019, p. 1) declara que São Tomé e Príncipe é o país mais democrático desta macrorregião e as suas eleições são as mais transparentes. Porém, é uma classificação com comparações muito fáceis, tal o nível de brutalidade reinante em vários dos outros Estados da região, onde alguns Presidentes são “eleitos” sem limite de mandatos e com perto de 100% dos votos.

Todavia, Pavia (2022, p. 9) afirma que “Since the advent of democracy, the country has lived through a climate of permanent political instability, with successive falls of government, having known sixteen governments within a period of twenty-seven years”.

Na verdade, São Tomé e Príncipe tem uma democracia que é considerada, a mais estável da região, mas, assim como declara o autor acima citado, também tem enfrentado problemas como instabilidade política, quedas sucessivas de governos e tentativas de golpes de Estado. Tomando como caso mais emblemático e atual, temos

o atentado contra o Quartel-General do país, onde segundo as informações disponíveis Lusa. (2022a), ocorreu o seguinte:

Na madrugada de dia 25, quatro homens atacaram o quartel das Forças Armadas, na capital são-tomense, num assalto que se prolongou por quase seis horas, com intensas trocas de tiros e explosões, e em que fizeram refém o oficial de dia, que ficou ferido com gravidade devido a agressões.

O ataque foi neutralizado pelas 06:00 locais (mesma hora em Lisboa) desta sexta-feira, com a detenção dos quatro assaltantes e de alguns militares suspeitos de envolvimento na ação. Foram também detidos pelos militares o ex-presidente da Assembleia Nacional Delfim Neves (que concluiu o mandato no início deste mês) e Arlécio Costa, antigo oficial do 'batalhão Búfalo' que foi condenado em 2009 por uma tentativa de golpe de Estado, alegadamente identificados pelos atacantes como mandantes.

Três dos quatro atacantes e Arlécio Costa morreram na sexta-feira e imagens dos homens com marcas de agressão, ensanguentados e com as mãos amarradas atrás das costas, ainda com vida e também já na morgue, foram amplamente divulgadas nas redes sociais.

Após a apreensão que culminou com a morte dos quatro civis envolvidos, a situação parecia estar sob controle, por parte das Forças Armadas. Contudo, dias depois, este problema que parecia estar resolvido, dá lugar a um grande descontentamento social, devido uma imagem que se fez circular nas redes sociais. Imagens essas, que entram em choque com a Segurança e a Dignidade da Pessoa Humana. E como se não bastasse fere a CRDSTP nos seguintes artigos:

Artigo 22.º Direitos à Vida, no ponto 1 e 2 (“A vida humana é inviolável. Em caso algum, haverá pena de morte”).

Artigo 23.º Direitos à Integridade Pessoa nº 1 e 2 (“A integridade moral e física das pessoas é inviolável. Ninguém pode ser submetido a tortura, nem tratos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.”) E além disso, compromete a DUDH no seu artigo 3º que legitima o seguinte:

“Todo o individuo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.”

Este triste fato, acima referido, fez com que, segundo a Lusa (2022b), o representante da ONU chegasse a São Tomé ao início da noite acompanhado pelo presidente da Comissão da Comunidade dos Estados da África Central (CEEAC), o angolano Gilberto Veríssimo, para expressar solidariedade ao Presidente são-tomense e "ao povo de São Tomé face a esta situação terrível que aconteceu"

E por causa disso tudo, O Ministério Público de São Tomé e Príncipe abriu dois processos-crime para investigar o ataque ao quartel militar e o alegado homicídio e tortura de quatro suspeitos, (Lusa, 2022b). Processo esses que tanto a ONU, como a CEEAC se disponibilizaram para apoiar.

Portanto, isto nos faz entender que, embora São Tomé e Príncipe nunca tivesse sido palco de conflito armado, desde 1975, altura em que se deu a independência, existem também uma relativa instabilidade política constante, que compromete o processo de DS.

3.5.2. A RELAÇÃO COMERCIAL DE STP COM OS DEMAIS ESTADOS MEMBROS DA CEEAC

CEEAC fez alguns progressos na área de reforço da integração regional mais próxima. Apesar do potencial não explorado da riqueza de recursos naturais da região da CEEAC, as relações comerciais dos Estados-membros intra-ECCAS permanecem muito baixas. As deficiências de infraestruturas, restrições impostas pelos procedimentos aduaneiros e de imigração, os conflitos persistentes, a falta de coordenação política, bem como as enormes limitações de capacidades financeiras e humanas, são alguns dos desafios que precisam ser resolvidos. Recomenda-se que os Estados-membros da CEEAC adaptem os progressos conquistados pela CEDEAO na elaboração de mecanismos inovadores de autossuficiência, em termos de financiamento. Para impulsionar o comércio intra-ECCAS, a importância de colocar em prática as infraestruturas regionais necessárias, na forma de estradas, ferrovias, telecomunicações e oleodutos não pode ser subestimada (Comissão da União Africana, 2019, p. 6).

No que diz respeito a exportação entre os Estados da CEEAC, estas não atingem 1% do total das exportações da região, sendo que no espaço da comunidade Angola é o principal receptor das exportações. As relações comerciais entre São Tomé e Príncipe e os outros Estados membros têm um volume muito baixo o que coloca São Tomé e Príncipe como uma das economias mais frágeis da CEEAC, as relações comerciais são pequenas, só tendo Angola como parceiro comercial (Trindade, *apud* Nascimento, Género *et al.*, 2019, p. 114).

E como se não bastasse, AIP, (*apud* Nascimento, Género *et al.*, 2019, p. 115) afirma que as relações comerciais da CEEAC estão viradas para países industrializados e

emergentes. As importações são sobretudo da China, da União Europeia, dos Estados Unidos da América e da África do Sul, enquanto as exportações se dirigem especialmente para a China, Índia, EUA e Taiwan ().

Portanto, isto deixa bem claro que, para além da assimetria económica entre os Estados da CEEAC, STP tem tido uma relação comercial muito fraca com os países membros desta comunidade e que a informação supra é indicativa de que o país não tido vantagens suficientes decorrentes da sua integração na região, pelo que, ao longo do trabalho, procuramos, no âmbito das entrevistas realizadas, perceber as devidas conexões entre os conflitos na região e o desempenho geral da economia santomense.

3.6. AS IMPLICAÇÕES DOS CONFLITOS ARMADOS DA ÁFRICA CENTRAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ESTADOS MEMBROS DA CEEAC

De acordo com Faria (2004, p. 9), depois de 1970, foram referenciados no continente africano mais de 30 conflitos regionais, tendo na sua maioria origem em conflitos internos. Destes conflitos, uma grande parte estavam localizados na metade Subsariana, salientando-se ainda que em 1996, existiam aí 14 conflitos armados que provocaram mais de oito milhões de refugiados e deslocados, constituindo-se num dos maiores flagelos da humanidade no século XX (). E sendo a maioria destes, tal como se pode verificar na tabela nº 2, ocorridos na região da África Central.

Além de perdas de milhões de vidas humanas na região da África Central, os conflitos armados dessa região têm provocados uma refluência na questão da segurança em todas as vertentes, crise humanitária e a incapacidade de autoridades e instituições de Governo no exercício das suas funções. E para reforçar, Sousa (2022) afirma que as principais consequências desses conflitos são: diversidades étnicas e religiosas, enfraquecimento dos governos dos Estados, empobrecimento das populações imersas em crises humanitárias, crises económicas, milhares de pessoas mortas e má assistência à população. A pobreza é característica de diversos países do continente africano, e a fome é um dos maiores desafios a serem superados.

Com base nisso pode-se constatar que estes conflitos armados têm tido implicações, não só para o processo de integração regional na África Central, como também para o desenvolvimento sustentável dos Estados membros da CEEAC, nas seguintes áreas:

Estabilidade política

A estabilidade política, a alcançar através da estruturação política e judicial, constitui a base do Estado de direito. A ausência ou a fragilidade das estruturas dos Estados e das sociedades constituem, em primeiro lugar, um problema político. Deste modo, o conflito armado, promove a insatisfação das necessidades vitais das comunidades, a impotência para reduzir a pobreza e aumentar o nível de vida e o aumento da desigualdade na sociedade, ameaças e riscos para a segurança e como consequência põe em causa a estabilidade política dos Estados (Rodrigues, 2013).

Desta feita, a ausência da referida estabilidade dá lugar a instabilidade política. E a instabilidade política intensifica este contexto, promovendo a fragilidade dos setores internos e a exclusão do país no contexto internacional (Burney, 2019, p. 32)”.

A segurança do Estado e dos indivíduos

De acordo com Rodrigues (2013) a segurança do Estado e dos indivíduos será proporcionada por instituições estatais – Forças Armadas, Forças de Segurança – e componente judicial, de acordo com as normas democráticas e princípios de boa governação, no âmbito da aplicação do conceito de “reforma do setor de segurança”. Contudo, o conflito armado desestabiliza o aparelho do Estado, remetendo tanto o Estado como os indivíduos a situação de insegurança. Isto porque, “a guerra civil tem também consequências de impacto social, entre as quais as baixas civis, a propagação de doenças infecciosas e falta de acesso a serviços de saúde, a fome e a pobreza, a violação dos Direitos Humanos, com especial incidência nas mulheres e crianças, a imigração forçada (Burney, 2019, p. 31- 32).”

Desenvolvimento humano e económico

Onde há conflito armado, o subdesenvolvimento reina. Ou seja, onde há conflito não paz, e conseqüentemente não haverá de maneira nenhuma o desenvolvimento sustentável.

A instabilidade política e os conflitos recorrentes apresentam um custo elevado resultante da perda de vidas e dos danos provocados nas relações sociais e comunitárias. Os conflitos têm um forte efeito destrutivo nas redes de proteção, nas infraestruturas e na atividade económica. A mobilização inconsequente e o desgaste continuado consomem o capital humano e os recursos requeridos pelo investimento

sustentado em projetos de infraestrutura, o que diminui drasticamente as possibilidades de crescimento e de desenvolvimento económico e humano (Rodrigues, 2013).

Portanto, os conflitos armados ocorridos na região de África Central têm contribuídos para a promoção da instabilidade política que concludentemente impossibilita a segurança do Estado, dos indivíduos, o desenvolvimento Humano e económico em toda a região, afetando assim, tanto os objetivos que norteiam a criação da CEEAC, bem como o desenvolvimento sustentável dos Estados membros desta comunidade económica.

3.6.1. AS EVENTUAIS INFLUÊNCIAS DOS CONFLITOS DA ÁFRICA CENTRAL NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DE STP

O posicionamento estratégico de STP



Fonte: Elaboração baseada no PNUD (2013).

Ilustração 5 - O posicionamento estratégico de STP. (PNUD, *apud* Sousa, 2017, p. 187).

Por um lado, São Tomé e Príncipe é considerado Pequeno Estado Insular com muitas limitações que até certo ponto constituem barreiras ao seu próprio desenvolvimento sustentável. Todavia, o seu posicionamento geográfico, como se apresenta na ilustração que acima se encontra, sendo bem explorado, pode transformá-lo numa economia muito forte, tanto ao nível regional, como internacional. Isto porque:

Os parâmetros enformadores dessa opção estratégica enquadram-se nos seguintes pontos: a) o seu posicionamento geopolítico, geoestratégico e geoeconómico no Golfo da Guiné; b) a sua proximidade em relação aos países africanos dotados de maiores

rendimentos “*per capita*” (Nigéria, Camarões, Gabão, Congo Brazzaville, Congo Kinshasa, Angola e Guiné Equatorial); c) a sua situação geográfica na periferia das mais importantes rotas marítimas que asseguram a ligação entre o continente africano, o Médio Oriente e os continentes europeu e norte-americano (ex: rota do Cabo); d) a ausência de conflitos e tensões em relação aos países vizinhos; e) a afabilidade e o caráter hospitaleiro das suas gentes (Sousa, 2017, p. 277).

E como se não bastasse o Jornal STP- Press (2022) informa o seguinte:

A localização estratégica de São Tomé e Príncipe constitui por si só uma vantagem comparativa para um mercado regional com mais de 350 milhões de consumidores e um dos mais ricos do continente, com inúmeras oportunidades e recursos ainda por explorar. STP como parte deste importante acordo compromete-se a adoptar uma estratégia que visa aumentar significativamente o volume do comércio de bens e serviços, com o pressuposto de aumentar a economia nacional, através da diversificação dos sectores económicos e a criação de condições favoráveis, suscetíveis de valorizar o potencial dos sectores tradicionais da economia para oferecer produtos de qualidade competitivos, [sublinhou Adelino Cardoso.]

Todavia, por outro lado, não se pode negar os impactos dos conflitos da África Central no desenvolvimento socioeconómico de STP, nas últimas quatro décadas, porque, sendo um membro integrado na comunidade económica desta região, sente de qualquer forma o efeito devastador do conflito. Até porque, baseando no Ribeiro (2010, p. 9) o sofrimento humano e as perdas de vidas, em consequência direta dos conflitos, constituem a sua faceta mais visível e trágica. No entanto, o impacto negativo nas economias pode ser igualmente devastador, tendo efeitos a curto, médio e longo prazo e, em última análise, acaba por refletir-se na eternização das terríveis condições de vivência das populações. As situações de conflitualidade prolongada afetam significativamente as infraestruturas do Estado, provocando áreas de ineficiência ou mesmo o colapso total dos serviços do Estado.

E como se não bastasse, o autor acima citado acrescenta, dizendo que o conflito paralisa a estrutura produtiva do Estado, bloqueia os serviços estatais e a circulação da população, fertiliza o terreno para a mais diversificada operação dos grupos terrorista e organização criminosa, a disseminação de doenças como SIDA, e por fim, põe em causa a segurança, em todas suas vertentes, que por sua vez, compromete o desenvolvimento. E como consequência de tudo isso acima referido, repele os grandes investidores.

Portanto, São Tomé Príncipe pode não ter sentido as consequências diretas dos conflitos da África Central no desenvolvimento socioeconómico, porém, só pelo fato de ser um dos Estados membros da CEEAC, já nos implica dizer que, indiretamente sofre

o impacto negativo e devastador na sua economia que por sua vez compromete o desenvolvimento sustentável do país. Deste modo, percebe-se que o recorrente conflito da referida região afeta São Tomé e Príncipe nas seguintes áreas:

✓ **Económica**

No que toca a economia esses conflitos afetam-no na:

- **Economia de escala**– STP, por ser um PEI, poderia aproveitar os países vizinhos, membros da CEEAC para alargar o seu mercado, mas havendo o conflito isto fica comprometido.
 - **Economia interna do país** – Sendo um Estado membro desta comunidade económica, tinha que, de qualquer forma, contribuir para ajudar na reconstrução das infraestruturas devastadas pelo conflito e e a reerguer a economia destes.
- ✓ **Investimento Direto Estrangeiro (IDE)** – Uma das características de PEI é a sua pequena dimensão territorial e populacional que conseqüentemente constitui bloqueio aos IDE, mas havendo uma política de abertura ao exterior, principalmente à região da África Central, região essa bastante rica em recursos naturais, poderia atrair os grandes investidores, todavia, por causa do impacto negativo do conflito curto, médio e ao longo prazo, nas economias dos Estados desta região, o IDE de STP fica comprometido.
- ✓ **E por fim, a taxa de emprego** – o índice de emprego contribui sem dúvida para o desenvolvimento socioeconómico de qualquer Estado. No entanto, STP, neste momento apresenta uma taxa de desemprego muito elevada. Mas, poderia resolver este problema, se estivessem a exportar serviços para esta região. Contudo não o pode fazer, pois, os efeitos negativos e diretos dos conflitos nas economias dos Estados da África Central não lhes facilitam importar serviços, porque não conseguem custear.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo³, apresentamos e discutimos os resultados decorrentes da recolha e do tratamento de dados.

4.1. APRESENTAÇÃO DE DADOS

Os dados qualitativos revelados pelas respostas às questões abertas (P. 1, P. 2, P. 3, P. 4, P. 5, P. 6, P. 6.1, P. 7 e P. 8) foram objeto da análise de conteúdos.

Para o tratamento de dados qualitativos, Bardin (1977), citado *in* Espírito Santo (2013, p. 23), afirma que

“antes de se começar a análise, convém praticar-se a leitura flutuante”, sugerindo que “a primeira atividade consiste em estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações. [...] pouco a pouco a leitura vai-se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes.”

Em atenção ao reparo do autor, *opcit*, a nossa primeira preocupação foi a de transcrever todas as entrevistas realizadas no sentido de as ler e, conseqüentemente, apropriarmos dos respetivos conteúdos.

Para efeito de melhor compreensão do exercício realizado, tomamos como exemplo, generalizável a todas as outras questões tratadas, a P3 (Pensa que esses conflitos têm revelado impactos negativos, passíveis de inviabilizar a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da Comunidade Económica dos Estados da África Central?) e P6 (Relativamente a São Tomé e Príncipe, existem sinais concretos que indiciam que o desenvolvimento socioeconómico do país poderá estar a ser afetado em consequência dos recorrentes conflitos político e militares na região?). A opção pela P3 e 6 é justificada pela sua importância central no contexto da investigação, uma vez que é ela que nos ajuda responder as questões de investigação.

³Alves (2010, p. 12) defende que a apresentação e a discussão dos resultados fazem-se em capítulos distintos. Contudo, a opção por contrair os dois pontos em capítulo único é consentânea com a orientação de Andrade (2016), tendo em conta o limite de páginas a ser observado em trabalho desta natureza.

4.1.1. EXTRAÇÃO DAS CATEGORIAS EMERGENTES E CONSTRUÇÃO DE PREPOSIÇÕES

Da leitura das transcrições das respostas dos participantes à P3 e 6, o exercício consistiu em construir uma tabela para a extração das categorias emergentes e construção de preposições correspondentes, com objetivo de conferir significado às essas mesmas respostas.

A tabela é composta por sete linhas e três colunas. A primeira linha corresponde à questão colocada no âmbito da entrevista e a sua respetiva nomeação dos entrevistados. As linhas subsequentes correspondem ao tratamento de respostas de cada um dos participantes, num total de cinco.

No que diz respeito às colunas, na primeira, procedemos à nomeação dos participantes, na segunda à extração das principais categorias emergentes e na terceira à construção de preposições. As demais categorias emergentes de outras questões e respetivas preposições constam do apêndice B.

Tabela 7 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P3

P3: Esses conflitos têm revelado impactos negativos, passíveis de inviabilizar a prossecução eficiente dos objectivos que nortearam a criação da CEEAC?		
Entrevistados	Categorias emergentes	Construção de preposições
Dr. Esterline Género	Sim. Qual é a lógica da CEEAC? A verdadeira integração da política económica. [...] [...] STP tem uma maior troca comercial em Portugal do que com o país mais próximo de si que é Gabão. Tudo isso mostra claramente que esses impactos vão contra os objetivos da criação da CEEAC.	Os conflitos na África Central têm revelado impactos negativos, passíveis de inviabilizar a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da CEEAC Sim.
Dr^a Maria das Neves	A CEEAC quando foi criada tinha de facto, objetivos claros. Eram prosseguir num clima de diálogo e entendimento para o desenvolvimento da região. Na altura, falava-se muito da questão do relacionamento, não só ao nível político, como a nível económico. Quando se falava da questão da União Monetária, sabe-se que para além da CEEAC há, portanto, essa comunidade monetária que iria desenvolver precisamente para se	O facto de continuar a existir conflitos (sobretudo conflitos políticos, militares e étnicos) não tem permitido que os objetivos que nortearam a criação da CEEAC possam ser cumpridos. Sim.

	encontrar um entendimento comum, quer para os assuntos políticos, quer para assuntos económicos e sociais. Mas infelizmente, o facto de continuar a haver esses conflitos (sobre tudo conflitos políticos, militares e étnicos) não têm permitidos que os objetivos que nortearam a criação da possam ser cumpridos.	
Dr. Rafael Branco	Eu já disse isso na pergunta anterior. África Central é, em termo de integração sub-região, a mais atrasada e isto tem uma consequência quase direta entre a instabilidade destes conflitos com o atraso no processo de integração regional.	Os conflitos na África Central têm impactos negativos, que inviabilizam a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da CEEAC. Sim.
Dr. Carlos	Sim, isso é evidente. Posso afirmar que a CEEAC é uma das comunidades do continente africano que conhece menos desenvolvimento em relação às outras comunidades, embora essa seja considerada a região potencialmente mais rica, a existência desses conflitos [...] mexem na estrutura económica e social dos países.	Os conflitos na África Central têm impactos negativos, que inviabilização a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da CEEAC. Sim.
Dr. Saraiva	Os objetivos da CEEAC são promover a cooperação e o desenvolvimento autossustentável, com especial significado na estabilidade económica e também na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Ora, os projetos de desenvolvimento ficam desde logo comprometidos, pois os doadores não investem onde não há segurança. Por outro lado, as inseguranças decorrentes desses conflitos afetam dramaticamente o bem-estar das pessoas.	Os conflitos nesta região têm impactos negativos, que comprometem e inviabilização a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da CEEAC

Fonte: Produzido a partir dos dados da entrevista.

Tabela 8 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P6

P6: Existem sinais que indiciam que o desenvolvimento socioeconómico de STP está a ser afectado em consequência dos conflitos político e militares na sub-região?		
Entrevistados	Categorias emergentes	Construção de preposições
Dr. Esterline Género	Não tanto, devido a nossa descontinuidade geográfica. [...], mas, não se pode ignorar a questão da emigração. Tu tens o maior número de emigração gaboneses, camaroneses e eles não vêm só fazer o comércio, mas também de qualquer forma, fugindo o conflito ou instabilidade. A esse nível pode-se dizer que sim.	Não existem muitos sinais de que o desenvolvimento socioeconómico de STP esteja a ser afetado por conflitos político e militares na AC.
Dr^a Maria das Neves	STP é um membro da CEEAC e como membro há algumas medidas que deviam ser tomadas para harmonizar os indicadores macroeconómicos na sub-região da AC e garantir o melhor intercâmbio entre esses países e para garantir o relançamento da economia do desenvolvimento económico desses países. [...] Embora esses conflitos não tenham nenhum impacto direto sobre o desenvolvimento socioeconómico de STP, o seu impacto indireto é visível, porque medidas que poderiam ser adotadas a nível das comunidades para terem repercussões ou impacto na economia dos respetivos membros não se concretizam.	Embora esses conflitos não tenham nenhum impacto direto sobre o desenvolvimento socioeconómico de STP, o seu impacto indireto é visível, porque medidas que poderiam ser adotadas a nível das comunidades para terem repercussões ou impacto na economia dos respetivos membros não se concretizam
Dr. Rafael Branco	Não há indicadores que apontam nesse sentido, senão numa maneira geral. Assim, se a sub-região não cresce o país sofre consequências desse não crescimento na região. [...], mas as coisas estão ligadas, porque STP sendo parte da sub-região, se houvesse processo de integração e a sub-região desenvolvesse o país também se desenvolvia. [...] No entanto, a existência desses conflitos pode ser vista numa maneira diferente. Se STP garantir a sua estabilidade política e social pode ser uma alternativa em muitos sentidos para atrair investimentos para o país. Nesse sentido, seria uma consequência positiva.	Não há indicadores que apontam nesse sentido, senão numa maneira geral
Dr. Carlos	É difícil dizer que sim ou que não. Porque há um pouco de tudo. Há um pouco de sim e há um pouco de não.	Talvez
Dr. Saraiva	Não tenho presente que haja tais sinais.	Atualmente não existe sinais.

Fonte: Produzido a partir dos dados da entrevista.

4.2. DISCUSSÃO DOS DADOS QUALITATIVOS

Os dados qualitativos que constam da tabela nº 3 e 6, concernentes à P3 e 6, afiguram-se de extrema relevância, na medida em que foram recolhidos no intuito de percebermos a opinião dos participantes compreender os impactos dos conflitos políticos e armados na sub-região da África Central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC. Tentar compreender qual a intensidade e a natureza desses impactos. Dilucidar a questão de saber se esses impactos – a existirem – tiveram implicações em São Tomé e Príncipe.

A análise das categorias emergentes das respostas às questões mencionadas, levam-nos a pensar que existe somente uma dispersão de opiniões na pergunta número 6. Isto porque, Reportando-nos à P3 (*Os conflitos têm revelado impactos negativos, passíveis de inviabilizar a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da CEEAC?*), torna oportuno referir-se que todos os participantes são perentórios em admitir que os conflitos políticos, militares e étnicos na AC têm impactos negativos, que inviabilizam o processo de integração regional, bem como a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da Organização mencionada.

Já pergunta número 6 (Relativamente a São Tomé e Príncipe, existem sinais concretos que indiciam que o desenvolvimento socioeconómico do país poderá estar a ser afetado em consequência dos recorrentes conflitos político e militares na região?), dos cinco participantes, três entrevistados que admitem categoricamente que não existe sinais que, atualmente indicam que o crescimento socioeconómico de STP está ser afetado pelos conflitos políticos e militares na AC, uma, dos entrevistados, admite que o crescimento socioeconómico do país é afetado de forma indireta, e por último, um se pronunciaram com reserva, afirmando que “talvez” o crescimento socioeconómico esteja a ser afetado pelos conflitos referidos.

Tal como mencionamos, no último parágrafo do ponto 4.1 (apresentação dos resultados) a opção de tomarmos a P3 e 6 como referência para exemplificar o tratamento de dados, justifica-se com o facto de que estas questões se revelarem de extrema importância em função da pergunta de partida e dos objetivos da investigação, apontados no capítulo

de introdução. Entretanto, seguindo agora a ordem das questões colocadas de acordo com o guião de entrevistas e tratadas⁴, é possível igualmente discutir ideias seguintes:

Em relação à P1 (Consegue ajudar-me a referenciar os principais conflitos políticos e militares ocorridos na sub-região da AC nos últimos 40 anos?), embora alguns entrevistados tenham optado por não referenciar qualquer conflito em particular, a maioria remeteu-nos para os conflitos de naturezas diversas, nomeadamente, política, militar, ética e religiosa que, ao longo das últimas quatro décadas, têm afetado a África em geral e em particular à AC.

Na opinião dos entrevistados tais conflitos têm causas estruturais e conjunturais que decorrem de um processo de descolonização mal conduzido e de políticas pós-coloniais mal conseguidas, que criam ainda hoje desavenças dentro do continente.

Neste quadro foram referenciados, entre outros, conflitos na República Democrática de Congo, República do Congo, República Centro Africana, República do Ruanda, República do Chade, República de Angola, República dos Camarões e na República Federal da Nigéria.

No que concerne à P2 (Quais são as consequências singulares ou gerais desses conflitos para a sub-região?), os inquiridos foram unânimes em referir que os conflitos na sub-região fazem perpetuar o estágio de subdesenvolvido dos países da AC, não obstante alguns destes se disporem de vastos recursos naturais.

Das categorias emergentes da P2, percebe-se que os países da sub-região não conseguem definir um eixo de cooperação estratégico-económico, em consequência da inexistência de uma política de boa vizinhança entre os Estados, situação que afeta o processo de integração da CEEAC. E além disso, tal como defende um dos entrevistados, as consequências são o abandono de projetos de desenvolvimento económico e social, em grande parte devido ao desinteresse dos doadores. Também a ausência de condições de segurança para os atores de desenvolvimento afasta estes dessa região, levando ao aumento da violência e também ao deslocamento de populações.

Quanto à P4 (Em termos socioeconómicos, quais são os indicadores que revelam que a CEEAC tem sido sacrificada em consequência dos conflitos na AC?), as categorias

⁴ Cf. Apêndice B

emergentes apontam, entre outros indicadores, o baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) de todos os países da sub-região, o fraco crescimento económico, o quase nulo intercâmbio económico e financeiro entre os países e a ausência de uma verdadeira infraestrutura regulamentar de livre circulação de pessoas e bens.

Relativamente à P5 (É possível indicar fontes documentais ou site, onde se possam ter mais informações sobre os conflitos na AC e seus impactos?), devemos referir que esta questão foi colocada no intuito de reunir mais informações que pudessem dar maior sustentabilidade ao estudo desenvolvido. Embora, alguns participantes tenham apontado algumas fontes relevantes, a maioria indicou fontes que já haviam sido oportunamente referenciadas.

Em relação à P 3e 6, remetemos a atenção do leitor para os parágrafos nºs 1,2 3 da do presente ponto⁵. As categorias foram oportunamente apresentadas e justificada a opção pelo seu enquadramento nos parágrafos indicados.

A P6.1 (Quais são esses sinais?) apresenta-se como uma questão secundária, derivada da P6 cujo tratamento, tal como referimos, foi feito nos primeiros parágrafos deste ponto⁶. Esta questão foi aplicada sobretudo aos inquiridos que responderam de forma positiva à P6, mencionando que existem sinais que indiciam que o crescimento socioeconómico de STP está a ser afetado pelos conflitos político e militares na AC.

Assim, os dois participantes que se pronunciaram no sentido de que existem sinais constrangedores do crescimento socioeconómico de STP, suscetíveis de serem imputados aos conflitos na AC, apontaram o aumento da emigração da AC, o baixo fluxo comercial entre STP e os países da sub-região, a inexistência de um diálogo estratégico na sub-região e o fraco nível de integração económica e as incertezas relacionadas com o conflito.

No que diz respeito à P7 (É possível indicar fontes documentais ou site, onde se possam ter mais informações sobre os impactos dos conflitos em AC, no crescimento socioeconómico de STP?), esta questão foi formulada no intuito de saber se seria possível obter mais elementos relevantes sobre os impactos dos conflitos em AC e no crescimento socioeconómico do nosso país em particular, enquanto membro do

⁵4.2. Discussão dos dados qualitativos

⁶ Cf. 4.2. Discussão dos dados qualitativos

CEEAC. As fontes indicadas pelos participantes são relevantes, entretanto, já haviam sido oportunamente referenciadas.

Por último, tendo esgotado o leque de questões previamente concebidas, optamos por formular a P8, no intuito de assegurar que nenhuma categoria importante para o estudo fosse negligenciada. Deste modo, concedemos a liberdade aos inquiridos para poderem acrescentar qualquer informação, eventualmente, válida que nos tivesse escapado. Em reação, houve participantes que optaram por não acrescentar qualquer informação, mas os que quiseram, teceram comentários gerais, cujos tratamentos constam do apêndice B e que ajudaram a conferir maior sustentabilidade a investigação.

5. CONCLUSÃO

O presente capítulo foi concebido com o propósito de nele serem apresentadas as principais conclusões, as implicações do estudo, as limitações do estudo e as sugestões para investigações futuras.

5.1. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

O estudo visou encontrar resposta à questão da investigação, testar as hipóteses levantadas e revelar se conseguimos ou não cumprir os objetivos preconizados. Neste contexto, podemos concluir:

1ª - Em relação à questão central da investigação (Os conflitos ocorridos na África Central, têm tido impacto no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC? Em caso afirmativo esses impactos tiveram implicações em São Tomé e Príncipe?) podemos, em função dos resultados apresentados e discutidos, afirmar que todos os participantes são perentórios em admitir que os conflitos políticos, militares e étnicos na AC têm impactos negativos, que inviabilizam o processo de integração regional, bem como a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação desta Organização mencionada. E relativamente a São Tomé Príncipe, dos cinco participantes, três entrevistados que admitem categoricamente que não existe sinais que, atualmente indicam que o crescimento socioeconómico de STP está ser afetado pelos conflitos políticos e militares na AC, uma, dos entrevistados, admite que o crescimento socioeconómico do país é afetado de forma indireta, e por último, um se pronunciaram com reserva, afirmando que “talvez” o crescimento socioeconómico esteja a ser afetado pelos conflitos referidos.

2ª - Em relação às hipóteses, que neste caso foram levantadas em forma de perguntas, em face da resposta obtida, concluímos que os conflitos ocorridos na África Central têm tido impacto no processo de integração regional, e no funcionamento da CEEA, porque são vários indicadores que revelam isto. Indicadores estes que são: : Existência da assimetria económica entre os Estados membros da CEEAC, fraca relação comercial entre estes, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pouco crescimento económico, ausência de uma verdadeira infraestrutura regulamentar de livre circulação de pessoas e bens, pouco Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e crise humanitária em quase toda região.

E em relação à segunda hipótese, concluímos que esses impactos não tiveram implicações direta em São Tomé e Príncipe.

3ª - Foi cumprido o objetivo geral da investigação. Isto é, conseguimos apurar os impactos dos conflitos políticos e armados na sub-região da África Central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC. Tentar compreender qual a intensidade e a natureza desses impactos. Dilucidar a questão de saber se esses impactos – a existirem – tiveram implicações em São Tomé e Príncipe.

4ª - No que toca aos objetivos específicos podemos afirmar:

- a) Foi cumprido o objetivo específico nº 1. Ou seja, pelas categorias que se emergiram das respostas dos entrevistados, foi-nos possível elencar os mais importantes conflitos políticos, militares e étnico corridos na AC nas últimas quatro décadas.
- b) Foi cumprido o objetivo número 2, pois conseguimos analisar a situação da crise humanitária da África Central;
- c) Foi-nos possível analisar a segurança e defesa na região da África Central e com isso constatamos que os Estados da África Central devem apostar na internacionalização da segurança, através da cooperação internacional, porque é a única forma de combater as ameaças que não têm fronteiras como o caso de terrorismo, criminalidade organizada e doenças patológicas transfronteiriças.
- d) Foi-nos possível apresentar a súpula histórica geográfica da CEEAC;
- e) Foi-nos possível aferir dos impactos gerais dos conflitos na AC, passíveis de inviabilizar a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da CEEAC. Aqui constatamos que os conflitos ocorridos nesta região nas últimas quatro décadas têm contribuídos em grande medida para o baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) de todos os países da sub-região que por sua vez constrange o objetivo nº 2 da criação da CEEAC, que se resume em melhorar o padrão de vida das populações; o fraco crescimento económico que também impede o alcance da autonomia coletiva dos seus Estados membros e o quase nulo intercâmbio económico e financeiro entre os países membros desta comunidade, que conseqüentemente dá lugar a ausência de uma verdadeira infraestrutura regulamentar de livre circulação de pessoas e bens. E como

consequência disso não conseguem, até a presente data, manter a estabilidade económica através de uma cooperação harmoniosa, nem tão pouco estabelecer e consolidar um Mercado Centro-Africano comum.

- f) Por fim, em face do cumprimento do objetivo geral, ficou também implícito o cumprimento do objetivo específico nº 6. Ou seja, conseguimos perceber se os impactos identificados tiveram implicações em São Tomé e Príncipe. Neste sentido, pudemos constatar que estes conflitos não tiveram implicações direta em São Tomé e Príncipe, porém, possivelmente de forma indireta, pode ter afetado a economia santomense, porque se esta comunidade económica da região da África Central não desenvolve a RDSTP, enquanto membro desta também sofre. Além disso, devido as consequências nefastas dos conflitos neta região, o país não consegue apostar na exportação de serviços para esta para mesma, que ajudaria muito na redução da taxa de desemprego no país, e por fim dificulta a atração dos Investimentos Direto Estrangeiros (IDE) que sem dúvida seria um dos canais para o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe.

5.2. IMPLICAÇÕES DO ESTUDO

O nosso estudo é passível de ter implicações sociais seguintes: 1ª Num país onde a produção de estudos científicos e de literatura especializada é escassa, é nossa convicção de que a presente investigação poderá constituir mais uma ferramenta suscetível de concorrer para a melhoria do parque bibliográfico nacional. 2ª Poderá também fazer despertar a atenção das autoridades e da sociedade em geral para os impactos diretos e indiretos associados aos constantes conflitos na AC. As categorias emergentes e as preposições construídas no crescimento socioeconómico de STP, levando-as a adotar medidas que visem salvaguardar os interesses nacionais, em prol do DS. 5.3.

5.3. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

De acordo com Espírito Santo (2013, p. 20), “nas ciências sociais, não existem investigações perfeitas, por mais aprimorados que sejam os métodos, as técnicas e procedimentos utilizados, sendo em relação a um problema concreto que um método pode revelar-se melhor do que os outros.”

Em atenção à ideia do autor, acima citado e ressaltando as demais imperfeições, a principal limitação advém do facto de que a tecnicidade do tema tratado implicou a seleção de uma amostra por conveniência e relativamente reduzida.

Na verdade, a recolha de dados só poderia ser feita com recurso a especialistas que, por sinal, maioria da realidade são-tomense, o universo respetivo é extremamente diminuto e âmbito das bibliografias, são poucos, os autores que tratam assuntos relacionados com o tema abordado, reclamando, desta forma, que os resultados da investigação sejam utilizados com reserva.

5.4. SUGESTÃO PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Embora a questão de determinação da amostra seja objetivamente difícil, em função da tecnicidade do tema tratado, pensamos que os trabalhos futuros sobre a temática investigada ou próxima, deverão continuar empenhados em ultrapassar os constrangimentos associados ao estrito universo de especialistas, de modo que, apelando às percentagens dos entrevistados que defendam determinadas posições, os resultados possam ser tomados como inequívocos e generalizável.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, A., Espírito Santo, A., Izerrougene, B., Mata, H., Gomes, J., Viegas J., & Cassadra, J. (2013). *Olhares cruzados sobre a economia de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri. ISBN: 9789896893279.
- Alencar, M. (2016). Segurança humana: qual a relação da segurança humana com o debate conceitual de violência e paz dentro dos estudos de Segurança Internacional”. Recuperado de <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2016/11/artigo-workshop.pdf>
- Alves, A. (2010). *Formato de um texto de Investigação*. Trabalho não publicado, Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- Andrade, F. (2016). *Normas para apresentação de trabalhos científicos da Universidade de São Tomé e Príncipe*. Trabalho não publicado, São Tomé: Faculdade de Ciência.
- Bardin, L. (1997). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70. Recuperado em https://www.acmia.edu/40820250/BARDIN_L_1977_An%C3%A1lise_de_conte%C3%BAdo_Lisboa_edi%C3%A7%C3%B5es_70_225. No dia 2/ 4/ 2022.
- Beitone, A., Dollo, C., et al. (1997). *Dicionário de Ciências Económica*. 1.^a ed. Lisboa: Asa.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um Projeto de Investigação*. Lisboa: Edições Gradiva. Recuperado em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/8169?mode=full>. No dia 2/ 4/ 2022.
- Bernardino, L. (2018). Uma perspectiva da “nova” conflitualidade africana. *Nação e Defesa*. S. 3, 119, 107-140. Recuperado de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/35795/1/BernardinoLuis_Umaperspactivadanovaconflitualidadeafricana_ND_119_p_107_140.pdf
- Bogdan, R., & Biklen S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria dos Métodos*. Porto: Porto Editora.

- Burney. (2019). *O papel da participação local na resolução de conflitos armados e construção da paz sustentável: um estudo sobre a guerra civil do Sudão do sul*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11144/4566>
- Cabral, G. V. (2021). *Crimes marítimos no Golfo da Guiné: o papel da Comissão do Golfo da Guiné na garantia da segurança regional*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa: Portugal. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11067/6043>
- Cardos, A. P., Rego, B. (2017). Metodologias de investigação na formação de professores: a investigação-ação e o estudo de caso. In Luís Menezes, A.P. Cardoso, B. Rego, J.P. Balula, M.F., S. Felizardo (Eds), *Olhares sobre a Educação: em torno da formação de professores*. Viseu: Escola Superior de Educação de Viseu. Recuperado de: https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/4631/4/Invest._A%C3%A7%C3%A3o%20e%20Estudo%20Caso_2017.pdf
- Cardoso, F., Ferreira, P. (2005). *A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional*. Lisboa: Instituto Estudos Estratégicos Internacionais. ISBN 972-8109-34-2.
- Carvalho Filho, C., Silva, D., Bolckau, L., & Costa V. (s/d). *A Questão da Segurança Humana na Agenda de Segurança Internacional Pós-Guerra Fria*. Recuperado de https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xvi_cadn/aa_qu_estaoa_daa_seguranca_humanaa_naa_agendaa_dea_seguranca_internacionala_posa_guerraa_fria.pdf
- Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Central (1 julho 2020). Proposta de Resolução n.º 38/XI/4.^a/2020 – Revisão do Tratado que institui a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). *Diário da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, II Série*, (3). Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/saotomeeprincipe/diarios-da-an/xi-legislatura-22-11-2018/ii-serie-a/4.a-sessao/DAN03-IIS.pdf/view>

Comissão da União Africana. (2006). *Fórum a cerca da governança em África organizado pela Comissão da União Africana e pela Aliança para Refundar a Governança em África*. Adis- Abeba, Etiópia. Recuperado de https://base.afrique-gouvernance.net/docs/cr_forum_addis_pt.pdf

Comissão da União Africana. (2019). *Relatório sobre o ponto de situação da integração regional em África*. Recuperado de https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/35970-wd-2.2_new_executive_summary_-_report_on_status_of_regional_integration_-_por.pdf

Comité consultatif permanent des Nations Unies. (2021). *Rapport du Comité consultatif permanente des Nations Unies chargé des questions de sécurité en Afrique Centrale*. Libreville. 62ème réunion du Comité consultatif permanente des Nations Unies.

Comunidade Económica dos Estados da África Central – CEEAC. (2022). *Paz e prosperidade para os povos da África Central: Comunidade Econômica dos Estados da África Central*. Recuperado de <https://ceeac-eccas.org/pt-pt/#presentation>

Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Recuperado de http://pnstp.st/admin/upload/documentos/constituicao_rdstp.pdf. Acessado no dia 28/11/22.

Coutinho, C. (2014), *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina. ISBN 978-972-40-5137-6. Recuperado de <http://biblioteca.ufp.pt/metodologia-de-investigacao-em-ciencias-sociais-e-humanas-teoria-e-pratica/>.

Coutinho, C. P. (2011, p.292), *Metodologia de investigação em ciências sociais e humana: Teoria e prática*. Coimbra: edições almedina. ISBN: 978 – 972 – 40-4487 – 3.

Cravino, S. (2009). Especificidades dos conflitos em África. *Revista Militar*, 2493.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Recuperado de https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/declaracao_u

niversal__dos_direitos_do_homem.pdf (ministeriopublico.pt). Acessado no dia 28/11/22.

Espírito Santo, Q. (2013). *Políticas do Estado santomense no âmbito da promoção ambiental. O papel da Educação Ambiental*. Trabalho não publicado. Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, Portugal.

Faria, F. (2004). *La Gestion des Crises en Afrique Subsaharienne – La rôle de l'Union européenne*. Paris: Institute d'Études de Sécurité de la Union Européenne. Occasional Paper, n. 55, Novembre 2004. ISBN 92-9198-064-1.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1993). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.

Godoy, A.S. (mar.-abr. 1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt>

Gouveia, J. (2020). *Direito da segurança: cidadania, soberania e cosmopolitismo* (2.^a ed.). Coimbra: Almedina.

Guitarrara, P. (2022). *África*. Recuperado de <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/africa-2.htm>

Lusa. (2022a). UE condena tentativa de golpe em São Tomé e Príncipe e pede respeito pelos direitos humanos. *Sapo*. Recuperado de https://www.sapo.pt/noticias/atualidade/ue-condena-tentativa-de-golpe-em-sao-tome-e_6385d46be161f5430f577747

Lusa. (2022b). ONU e CEEAC disponíveis para apoiar inquérito a "inaceitável" tentativa de golpe de Estado em São Tomé. *RTP Notícias*. Recuperado de https://www.rtp.pt/noticias/mundo/onu-e-ceeac-disponiveis-para-apoiar-inquerito-a-inaceitavel-tentativa-de-golpe-de-estado-em-sao-tome_n1449906

Machado, L. (2012). *As grandes potências em direção aos recursos naturais subsaarianos: participação nos conflitos locais* (1.^a ed.). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MF. (2022). São Tomé e Príncipe validou a Estratégia Nacional da Zona de Comércio Livre Africano. *Agência STP Press*. <https://www.stp-press.st/2022/12/21/sao-tome-e-principe-validou-a-estrategia-nacional-da-zona-de-comercio-livre-africano/>

Miguel, L. (2014). *Integração Regional de Angola na SADC* (1.^a ed.). Évora: Universidade de Évora.

Nascimento, Género *et al.* (2019). *Introdução à história diplomática de São Tomé e Príncipe: rudimentos comedidos* (1.^a ed.). Lisboa: Edições Colibri.

Nino, M. (2016). *Desenvolvimento socioeconômico sustentável: da transferência de renda às ações e iniciativas geradoras de renda e riqueza*. São Paulo: Brasil. Recuperado de <https://www.redalyc.org/jornal/5863/586364182004html/>. Acessado no dia 15/09/2022.

Organização das Nações Unidas (2015). *Agenda para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: Brasil. Recuperado de <https://brasil.un.org./pt-br/-/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acessado no dia 11/03/2022.

Pavia, J. F. L. Z. (2016). *A Segurança Marítima no Golfo da Guiné, a Segurança Energético da Europa e o Papel Potencial da NATO e Portugal*. Lisboa: Universidade Lusíada. ISBN 978-989-640-193-1.

Pavia, J. F. L. Z. (2022). *Rent-seeking elites versus the disempowered: a case study on the impact of divergent interests on foreign policy in São Tomé and Príncipe*. Occasional Papers on Islands and Small States, 03/2022. Recuperado de: <https://web3.lis.ulusiada.pt/Portals/news/noticias/documentos/Rent-seeking%20elites%20versus%20the%20disempowered.pdf>

Peters, G. B. (maio-agosto 2013). O que é Governança? *Revista do TUC*. Recuperado de <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/87/85>

Programa de agenda de transformação do XVI Governo da RDSTP (2015). *Agenda de transformação no horizonte 2030 (as grandes linhas da agenda de transformação e das reformas a serem implementadas): Conferência Internacional dos Investidores e Parceiros de Desenvolvimento*. Londres.

Recuperado em <https://www.apcistp.com/admin/files/content/366c561b-4a1d-49c2-9f6a-c3f8ceb474c6.pdf>

- Ramos, G. (2006). *Prevenção e resolução de conflitos. O papel das Organizações regionais africanas no espaço lusófono*. Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Ribeiro, E. M. B. (2010). *O papel da União Europeia e da União Africana na prevenção e gestão de conflitos em África* (Caderno Navais, nº 35). Lisboa: Comissão Cultural da Marinha / GERE.
- Rodrigues, C.C. (dezembro 2013). África subsariana: perspetivas de segurança e desenvolvimento. *IDN Brief*, 2-10. Recuperado de https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2013/idnbrief_dezembro2013.pdf
- Roque, F. M. (2018). *Uma década de África: Um continente e os seus desafios atuais e futuros* (1.ª ed.). Alfragide: Texto Editores.
- Santos, et al. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* (2.ª ed., revista e atualizada, Cadernos do IUM, 8). Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Santos, L. (2011). *A arquitetura de paz e segurança africana*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Silva, A. S., & Pinto, J. M. (1986). *Metodologia das Ciências Sociais* (15.ª ed.). Porto: Edições Afrontamento. ISBN: 978-972-36-0503-7.
- Silva, I. C. (2011). *A guerra e a construção do Estado na República Democrática do Congo: A definição militar do conflito como condição para paz*. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humana (Programa de pós-graduação em Ciência Política), Porto Alegre. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31730/000784798.pdf?sequence=1>

Sousa, M. N.C.B (2017). *São Tomé e Príncipe como um Gateway Regional: Estratégia para um Desenvolvimento Sustentável* (Tese elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais). Recuperado de www.iscsp.ulisboa.pt

Sousa, R. (2022). *Conflitos na África*. Recuperado de <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/os-conflitos-na-africa.htm#:~:text=As%20principais%20consequ%C3%Aancias%20desses%>

Tanno, G. (janeiro-junho 2003). A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. *Contexto internacional*, 25(1), 47-80. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/cint/a/cmMZVcmhLFZdMgVzB9k6dNw/?lang=pt&format=pdf>

Tribunal de Contas Europeu (2018). *A Arquitetura de paz e segurança africana: é necessário reorientar o apoio da U E (Relatório especial nº 20)*. Recuperado de https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR18_20/SR_AP_SA_PT.pdf

UNOCA. (2022). *Comitê Consultivo permanente das Nações Unidas sobre questões de segurança na África central*. Recuperado de https://unoca-unmissions-org.translate.google.com/comite-consultatif-permanent-des-nations-unies-charge-des-questions-de-securite-en-afrique-centrale?_x_tr_sl=fr&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-PT&_x_tr_pto=sc

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

- Apêndice A** - Guião de Entrevista
- Apêndice B** - Tratamento de dados das entrevistas
- Apêndice C** - Transcrição das entrevistas

APÊNDICE A
Guião de Entrevista



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Direito

Mestrado em Segurança e Justiça

Guião de Entrevista

O impacto dos conflitos ocorridos na África Central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC: Possíveis implicações para São Tomé e Príncipe

Sílvio Correia Chantre

Lisboa

Janeiro 2022

Sílvia Correia Chantre

Guião de Entrevista

O impacto dos conflitos ocorridos na África Central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC: Possíveis implicações para São Tomé e Príncipe

Entrevista para o trabalho Académico a apresentar à Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa no âmbito do Mestrado em Segurança e Justiça -
Orientador: Prof. Doutor José Francisco Pavia.

Lisboa
Janeiro 2022

Guião de entrevista

Sou Sílvio Correia Chantre, estudante-finalista do curso de mestrado em Segurança e Justiça, da Universidade Lusíada de Lisboa. Agradeço-lhe por se ter dignado em atender à minha solicitação no sentido de me conceder esta entrevista.

No âmbito da realização do trabalho final, como parte dos requisitos exigidos para a conclusão do curso referido, optei por desenvolver uma pesquisa científica sob o título **“O impacto dos conflitos ocorridos na África Central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC: Possíveis implicações para São Tomé e Príncipe”**, cujos resultados serão utilizados unicamente para fins académicos.

Para efeito de realização da pesquisa pretendida e dada a tecnicidade do tema, torna-se necessário realizar entrevistas com especialistas na matéria, passíveis de me facultarem informação privilegiada. Reconhecendo a valência de V. Exa. nesta temática, solicito o seu apoio no sentido de colaborar na investigação, respondendo às perguntas que se seguem, sendo certo de que a colaboração de V. Exa é extremamente importante para o cumprimento dos objetivos propostos, razão pela qual lhe garantirei a confidencialidade das informações prestadas.

Por fim, devo dizer que pode perfeitamente optar por não responder a uma ou mais questões e, caso entenda, desistir da entrevista.

Pergunta 1 – Conseguir ajudar-me a referenciar os principais conflitos políticos e militares ocorridos na sub-região da África Central nos últimos 40 anos.

Pergunta 2 - Na sua opinião, quais são as consequências singulares ou gerais desses conflitos para a região?

Pergunta número3: Pensa que esses conflitos têm revelado impactos negativos, passíveis de inviabilizar a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da Comunidade Económica dos Estados da África Central?

Pergunta 4 - Em termos socioeconómicos, quais serão para si os indicadores que revelam que a CEEAC tem sido sacrificada em consequência dos conflitos na África Central?

Pergunta número5: É possível indicar fontes documentais ou *site*, onde se possa ter mais informação sobre os conflitos na sub-região e os respetivos impactos?

Pergunta número 6: Relativamente a São Tomé e Príncipe, existem sinais concretos que indiciam que o desenvolvimento socioeconómico do país poderá estar a ser afetado em consequência dos recorrentes conflitos político e militares na região?

6.1. Se sim, quais são esses sinais.

Pergunta número7: É possível indicar fontes documentais ou *site*, onde se possa ter mais informação sobre os impactos dos conflitos dos em AC no crescimento socioeconómico de STP.

Pergunta número 7.1: Gostaria de acrescentar mais alguma informação relativamente ao tema em questão?

APÊNDICE B

Tratamento de dados das entrevistas

Tabela 9 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P1

P1: Consegue ajudar-me a referenciar os principais conflitos políticos e militares ocorridos na sub-região da África Central nos últimos 40 anos?		
Entrevistados	Categorias emergentes	Construção de proposições
Dr. Esterline Género	Relativamente aos conflitos, não tenho nenhuma lista que poderia agora facultar, mas vou enviar-te um documento, relatório da CEEAC, que possivelmente poderá ajudar nesta questão.	No presente momento não me é possível referenciar os conflitos na sub-região.
Dr ^a Maria das Neves	Estamos a falar de um período bastante longo, mas a África sempre foi palco de conflitos. A forma como a África foi dividida pelo sistema colonial fez com que houvesse conflitos entre grupos étnicos e grupos militares. Portanto, a forma como se colonizou o continente fez com que desde finais do século XIX até o princípio do século XX, a África fosse de facto um continente de muitos conflitos. Não há dúvidas que assistimos quase que quotidianamente a conflitos gerados na África Central e de vários tipos. Conflitos militares que é o que mais salta à vista, vimos os golpes dos Estados constantes em vários países aqui da nossa sub-região, conflitos étnicos, conflitos religiosos [...].	Existe uma certa regularidade de conflito na África Central, nomeadamente de natureza étnica, militar, religiosa e política. Mas não é possível fornecer uma lista destes mesmos conflitos.
Dr. Rafael Branco	A história da África tem sido marcada por numerosos conflitos. Durante estes 40 anos a lista é longa e vou referir aqueles que mantêm na atualidade. Temos na República Democrática de Congo (RDC) onde vem ocorrendo conflitos desde a independência; a República Centro Africana, o Ruanda com o genocídio; Chade onde houve durante muito tempo conflitos internos, resultante da ação de grupos; Angola que demorou também vários anos.	E possível referenciar conflitos em vários países, sobretudo os mais recentes. (Cf. As categorias emergentes).
Dr. Carlos	Nos últimos 40 anos, houve muitos conflitos na África Central. Houve conflitos entre países e houve conflitos entre no seio dos países. No seio dos países, nós temos conflitos na República de Ruanda, na República Democrática do Congo; na República Centro-Africana; no Chade. São conflitos muito marcantes, com uns impactos maiores na situação económica e social desses países.	É possível referenciar conflitos em vários países. (Cf. As categorias emergentes).
Dr. Saraiva	[...] Com o colapso da União Soviética, África viu surgir um grande incremento da violência dentro dos Estados e também entre Estados. Foi o caso da Somália, da Guerra no Sudão (primeiro contra os habitantes da província do Darfur e depois contra o Sudão do Sul, que acabaria por se tornar independente), as lutas internas na República Democrática no Congo, as guerras entre Tutsis e Hutus na região dos Grandes Lagos, a guerra de pilhagem de recursos levada a cabo pelo <i>Lord 's Resistance Army</i> , fundado por Joseph Kony, também na Região dos Grandes Lagos. [...]	É possível referenciar 3 grandes conflitos nesta sub-região.

Fonte: Produzido a partir dos dados da entrevista.

Tabela 10 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P2

P2: Quais são as consequências singulares ou gerais desses conflitos para a região?		
Entrevistados	Categorias emergentes	Construção de proposições
Dr. Esterline Género	<p>[...] Dificuldade de integração (a integração fica mais demorada); instabilidade política;</p> <p>O desenvolvimento estagna-se;</p> <p>Todas as consequências (o subdesenvolvimento, a má nutrição), mas aqui é necessário focar a questão étnica.</p>	<p>As consequências mediatas e imediatas dos conflitos são o subdesenvolvimento, a dificuldade de integração e a instabilidade política.</p>
Dr^a Maria das Neves	<p>O facto de haver conflitos na sub-região faz com que os Estados membros não tenham a política de boa vizinhança, política de promover o desenvolvimento no continente e sobre tudo nesses países.</p> <p>[...] Países ricos em recursos naturais [...] não têm podido aproveitar a riqueza para garantir o desenvolvimento, porque as consequências dos conflitos não permitem que haja um clima de diálogo; não permitem que haja um clima de concertação, não permitem que haja um clima de paz para fazer relançar outros fatores extremamente importantes para o desenvolvimento socioeconómico.</p>	<p>Não existem políticas de boa vizinhança. Os países não conseguem aproveitar os recursos naturais disponíveis para se desenvolverem.</p>
Dr. Rafael Branco	<p>A consequência é o subdesenvolvimento da região do continente, que menos cresce termo económico e de desenvolvimento humano; onde ocorrem repetidamente epidemias. As consequências são manifestamente um atraso no processo de desenvolvimento da sub-região e no processo de integração regional da África Central. A instabilidade política não permite que os dirigentes se empenhem no processo de integração regional.</p>	<p>As consequências são o atraso no processo de desenvolvimento da sub-região e no processo de integração regional. A instabilidade política.</p>
Dr. Carlos	<p>As consequências são que os países que conheceram esses conflitos, depois da independência criaram um embrião de comunidade para o desenvolvimento e devido a esses conflitos, alguns desses países viram-se marginalizados. Também por causa dos conflitos os programas que esses países elaboraram para uma melhor integração não foram executados.</p>	<p>Alguns países alvos de conflitos foram marginalizados e os programas de integração não surtiram efeitos.</p>
Dr. Saraiva	<p>As consequências são o abandono de projetos de desenvolvimento económico e social, em grande parte devido ao desinteresse dos doadores. Também a ausência de condições de segurança para os atores de desenvolvimento afasta estes dessa região, levando ao aumento da violência e também ao deslocamento de populações.</p>	<p>Como consequência desses conflitos temos o abandono de projetos de desenvolvimento económico e social, ausência de atores de desenvolvimento nesta região, aumento de violência e emigração forçada.</p>

Fonte: Produzido a partir dos dados da entrevista.

Tabela 11 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P3

P3: Esses conflitos têm revelado impactos negativos, passíveis de inviabilizar a prossecução eficiente dos objectivos que nortearam a criação da CEEAC?		
Entrevistados	Categorias emergentes	Construção de preposições
Dr. Esterline Género	Sim. Qual é a lógica da CEEAC? A verdadeira integração da política económica. [...] [...] STP tem uma maior troca comercial em Portugal do que com o país mais próximo de si que é Gabão. Tudo isso mostra claramente que esses impactos vão contra os objetivos da criação da CEEAC.	Os conflitos na África Central têm revelado impactos negativos, passíveis de inviabilizar a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da CEEAC Sim.
Dr^a Maria das Neves	A CEEAC quando foi criada tinha de facto, objetivos claros. Eram prosseguir num clima de diálogo e entendimento para o desenvolvimento da região. Na altura, falava-se muito da questão do relacionamento, não só ao nível político, como a nível económico. Quando se falava da questão da União Monetária, sabe-se que para além da CEEAC há, portanto, essa comunidade monetária que iria desenvolver precisamente para se encontrar um entendimento comum, quer para os assuntos políticos, quer para assuntos económicos e sociais. Mas infelizmente, o facto de continuar a haver esses conflitos (sobre tudo conflitos políticos, militares e étnicos) não têm permitidos que os objetivos que nortearam a criação da possam ser cumpridos.	O facto de continuar a existir conflitos (sobretudo conflitos políticos, militares e étnicos) não tem permitido que os objetivos que nortearam a criação da CEEAC possam ser cumpridos. Sim
Dr. Rafael Branco	Eu já disse isso na pergunta anterior. África Central é, em termo de integração sub-região, a mais atrasada e isto tem uma consequência quase direta entre a instabilidade destes conflitos com o atraso no processo de integração regional.	Os conflitos na África Central têm impactos negativos, que inviabilizam a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da CEEAC. Sim
Dr. Carlos	Sim, isso é evidente. Posso afirmar que a CEEAC é uma das comunidades do continente africano que conhece menos desenvolvimento em relação às outras comunidades, embora essa seja considerada a região potencialmente mais rica, a existência desses conflitos [...] mexem na estrutura económica e social dos países.	Os conflitos na África Central têm impactos negativos, que inviabilização a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da CEEAC
Dr. Saraiva	Os objetivos da CEEAC são promover a cooperação e o desenvolvimento autossustentável, com especial significado na estabilidade económica e também na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Ora, os projetos de desenvolvimento ficam desde logo comprometidos, pois os doadores não investem onde não há segurança. Por outro lado, as inseguranças decorrentes desses conflitos afetam dramaticamente o bem-estar das pessoas.	Os conflitos nesta região têm impactos negativos, que comprometem e inviabilização a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da CEEAC

Fonte: Produzido a partir dos dados da entrevista.

Tabela 12 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P4

P1: Em termos socioeconómicos, quais são os indicadores que revelam que a CEEAC tem sido sacrificada em consequência dos conflitos na África Central?		
Entrevistados	Categorias emergentes	Construção de preposições
Dr. Esterline Género	<p>Tu se vires em termo de intercâmbio comercial normalmente numa integração económica, o custo, a livre circulação de pessoas e bens são bens adquiridos. Tu não tens isso na CEEAC. [...] O intercâmbio económico-financeiro é praticamente nulo.</p> <p>O IDH que nos países da CEEAC não estão bem avaliados.</p> <p>Quanto é que fica um bilhete de avião de Gabão a Camarões e ver o mesmo bilhete de Gabão a França. Tenta fazer a comparação aqui tu terás esse indicador. Portanto se estamos a falar de uma integração isso não deveria existir. A disparidade, há muita disparidade.</p>	<p>O intercâmbio económico-financeiro é praticamente nulo.</p> <p>O IDH que nos países da CEEAC não estão bem avaliados.</p>
Dr ^a Maria das Neves	<p>Quando se passa por qualquer um desses países vê-se que em termos sociais estão bastante atrasados. [...] É uma África cheia de pobreza; é uma África em que as infraestruturas estão quase todas decadentes, em que não há um desenvolvimento. [...] Falou-se ODS, dos compromissos que os Estados deveriam assumir para garantir um desenvolvimento sustentável e hoje quando nós olhámos para esta comunidade, vemos que esse desenvolvimento não está garantido. A precariedade que existe nesses países fazem com que os IDH, os indicadores económicos, os indicadores sociais, todos apresentam níveis muito baixo em termo das metas que se pretendia alcançar.</p>	<p>Os IDH, os indicadores económicos, os indicadores sociais, todos apresentam níveis muito baixo em termo das metas que se pretende alcançar.</p>
Dr. Rafael Branco	<p>Não posso referir assim de cabeça. Mas há crescimento e os rendimentos <i>per capita</i> que são bastante baixo. Há mortalidade infantil. Há mortalidade em consequência de má nutrição de vítimas desses conflitos, portanto, quase todos os indicadores apontam para fraco desempenho dos países.</p>	<p>O crescimento e o rendimento <i>per capita</i> são muito baixo.</p>
Dr. Carlos	<p>Eu não sei se deve-se dizer que a CEEAC tem sido sacrificada, eu diria que tem sido menos eficaz. Em termos económicos quais são os indicadores? Isso necessita de uma pesquisa. Acho que não posso assim dar-te dados. Mas assim por alto, eu diria que o crescimento económico da África Central, ou seja, o PIB da região da África Central deveria ser muito mais importante do que representa atualmente. A região da África Central é a região que recebe menos IDE (Investimento Direto Estrangeiro). Isto é um indicador também importante, porque quando uma região é estável há crescimento económico, mais intervenção de financiadores externos, quer seja privado ou público, isto é um indicador também importante.</p>	<p>O crescimento económico da África Central, o PIB deveria ser muito mais importante do que representa atualmente. Igualmente, AC é a região que recebe menos IDE.</p>
Dr. Saraiva	<p>Não sendo especialista em economia, penso que os indicadores de desenvolvimento económico e os de desenvolvimento humano demonstram os dramáticos efeitos dos conflitos.</p>	<p>Os conflitos têm um efeito dramático nos indicadores de desenvolvimento económico e humano.</p>

Fonte: Produzido a partir dos dados da entrevista.

Tabela 13 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P5

P5: É possível indicar fontes documentais ou site, onde se possa ter mais informação sobre os conflitos na sub-região e os respectivos impactos?		
Entrevistados	Categorias emergentes	Construção de proposições
Dr. Esterline Género	Sim. Como eu havia dito depois envio para o seu email pelo menos dois relatórios muito bom.	É possível encontrar-se dois relatórios sobre questão.
Dr^a M aria das Neves	Se formos ao Google Académico ou mesmo Google normal, encontramos muitos dados sobre esses conflitos na África. Para além desses dados há <i>sites</i> especializados onde se pode encontrar muitos dados sobre os conflitos na CEEAC, portanto conflitos na AC.	Google Académico e outros.
Dr. Rafael Branco	Sim. Posso enviá-lo, mas numa entrevista assim oral não.	Poderei remeter tais fontes e/ou <i>site</i> posteriormente.
Dr. Carlos	Eu tenho o <i>site</i> da CEEAC que posso lhe facultar.	É possível facultar o <i>site</i> da CEEAC.
Dr. Saraiva	Não.	Não.

Fonte: Produzido a partir dos dados da entrevista.

Tabela 14 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P6

P6: Existem sinais que indiciam que o desenvolvimento socioeconómico de STP está a ser afectado em consequência dos conflitos político e militares na sub-região?		
Entrevistados	Categorias emergentes	Construção de proposições
Dr. Esterline Género	Não tanto, devido a nossa descontinuidade geográfica. [...], mas, não se pode ignorar a questão da emigração. Tu tens o maior número de emigração gaboneses, camaroneses e eles não vêm só fazer o comércio, mas também de qualquer forma, fugindo o conflito ou instabilidade. A esse nível pode-se dizer que sim.	Não existem muitos sinais de que o desenvolvimento socioeconómico de STP esteja a ser afetado por conflitos político e militares na AC.
Dr^a Maria das Neves	STP é um membro da CEEAC e como membro há algumas medidas que deviam ser tomadas para harmonizar os indicadores macroeconómicos na sub-região da AC e garantir o melhor intercâmbio entre esses países e para garantir o relançamento da economia do desenvolvimento económico desses países. [...] Embora esses conflitos não tenham nenhum impacto direto sobre o	Embora esses conflitos não tenham nenhum impacto direto sobre o desenvolvimento socioeconómico de STP, o seu impacto indireto é visível, porque medidas que poderiam ser adotadas a nível das comunidades para terem

	desenvolvimento socioeconómico de STP, o seu impacto indireto é visível, porque medidas que poderiam ser adotadas a nível das comunidades para terem repercussões ou impacto na economia dos respetivos membros não se concretizam.	repercussões ou impacto na economia dos respetivos membros não se concretizam
Dr. Rafael Branco	Não há indicadores que apontam nesse sentido, senão numa maneira geral. Assim, se a sub-região não cresce o país sofre consequências desse não crescimento na região. [...], mas as coisas estão ligadas, porque STP sendo parte da sub-região, se houvesse processo de integração e a sub-região desenvolvesse o país também se desenvolvia. [...] No entanto, a existência desses conflitos pode ser visto numa maneira diferente. Se STP garantir a sua estabilidade política e social pode ser uma alternativa em muitos sentidos para atrair investimentos para o país. Nesse sentido, seria uma consequência positiva.	Não há indicadores que apontam nesse sentido, senão numa maneira geral
Dr. Carlos	É difícil dizer que sim ou que não. Porque há um pouco de tudo. Há um pouco de sim e há um pouco de não.	Talvez
Dr. Saraiva	Não tenho presente que haja tais sinais.	Atualmente não existe sinais.

Fonte: Produzido a partir dos dados da entrevista.

Tabela 15 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P6.1

P6.1: Quais são esses sinais?		
Entrevistados	Categorias emergentes	Construção de proposições
Dr. Esterline Género	Os sinais são: o exemplo de Biafra acima referido e o aumento da imigração da AC.	Aumento da imigração na África Central
Dr^a Maria das Neves	O fluxo comercial entre STP e os países da sub-região é quase nulo. A gente pergunta: O quê que STP importa da sub-região, portanto isso já é um impacto bastante negativo e deixa-me dizer a posição geoestratégica que STP tem no Golfo da Guiné na África Central devia-se tirar até maior proveito económico e social.	O fluxo comercial entre STP e os países da sub-região é quase nulo
Dr. Rafael Branco	Não aplicável	Não aplicável
Dr. Carlos	O fraco nível de integração económica é uma consequência da instabilidade política e insegurança que a região conheceu. Isso fez com o processo de integração não fosse ou vá mais longe como poderia ser. Portanto, não se criam condições para o desenvolvimento, implantação de empresas estrangeiras, para comercio mais dinâmico e para uma industrialização.	O fraco nível de integração económica.
Dr. Saraiva	Não aplicável	Não aplicável

Fonte: Produzido a partir dos dados da entrevista.

Tabela 16 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P7

P7: É possível indicar fontes documentais ou site, onde se possa ter mais informação sobre os impactos dos conflitos em AC no crescimento socioeconómico de STP?		
Entrevistados	Categorias emergentes	Construção de preposições
Dr. Esterline Género	Sim. Este relatório que lhe vou enviar também faz referência a isso, por isso eu creio que se leres corretamente e interpretá-lo, eu acho que respondes aí quase tudo de forma documentada.	Sim.
Dr^a Maria das Neves	No impacto socioeconómico de STP, eu recomendaria alguns estudos, algumas teses, alguns trabalhos.	Sim
Dr. Rafael Branco	Não concretamente. Procure documentos na Internet. Relatório do secretariado da CEEAC.	Não é possível indicar nenhuma fonte em concreto.
Dr., Carlos	Eu só posso dar é o <i>site</i> da CEEAC, mas posso dar também informação de outra comunidade, a Comunidade Económica e Monetária dos Estados da África Central que é mais pequena, mas que tem algum resultado em termo de integração.	<i>Sites</i> da CEEAC e da Comunidade Económica e Monetária dos Estados da AC.
Dr. Saraiva	Não.	Não é possível indicar nenhuma fonte em concreto.

Fonte: Produzido a partir dos dados da entrevista.

Tabela 17 - Extração das categorias emergentes das respostas dos entrevistados para a P7.1

P7.1 : Gostaria de acrescentar mais alguma informação relativamente ao tema em questão?		
Entrevistados	Categorias emergentes	Construção de preposições
Dr. Esterline Género	Inaudível	Impossibilidade de construção de preposição.
Dr^a Maria das Neves	Trata-se de uma entrevista de extrema importância quer para o desenvolvimento de STP, como dos países que fazem parte da AC, porque hoje não haverá desenvolvimento em nenhum desses países se não houver paz. A paz é o elemento essencial para garantir o desenvolvimento de qualquer país.	Não haverá desenvolvimento em nenhum dos países da CEEAC se não houver paz.
Dr. Rafael Branco	Quando se olha para os conflitos da África em geral e na sub-região, em particular, vemos que é importante irmos para além das notícias que aparecem e entender as causas profundas. Há causas remotas, há causas recentes e há causas estruturais. E essas causas estruturais têm que ver com herança colonial, com organização do Estado pós-colonial, lideranças desses países.	As causas estruturais dos conflitos em África têm a ver com herança colonial, com organização do Estado pós-colonial e lideranças dos países.
Dr. Carlos	O que gostaria de citar é que STP é o mais pequeno da região, mas é um país que não teve conflitos. Na sua história, nós não tivemos conflitos internos que pudessem pôr em perigo o processo de convivência como nação e entre membros da nossa sociedade. É este o um fator que STP deveria capitalizar para de certo modo, embora pequeno, ser o país líder na região da AC para resolução dos conflitos.	STP não teve conflitos internos, por isso pode capitalizar este fator para de ser o país líder na região da AC na resolução dos conflitos.
Dr. Saiva	STP está fora dos principais conflitos que assolam a região, e o Golfo da Guiné em geral. Contudo, toda a região sofre com as incertezas relacionadas com os conflitos.	

Fonte: Produzido a partir dos dados da entrevista.

APÊNDICE C

Transcrição das entrevistas

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE DOUTOR ESTERLINE GÉNERO

Entrevistador: Bom dia senhor!

Entrevistado: Bom dia.

Entrevistador: Em primeiro lugar, gostaria de lhe agradecer pela oportunidade que me confere em poder entrevistá-lo.

Sou Sílvio Correia Chantre, estudante-finalista do curso de mestrado em Segurança e Justiça, da Universidade Lusíada de Lisboa. Agradeço-lhe por se ter dignado em atender à minha solicitação no sentido de me conceder esta entrevista.

No âmbito da realização do trabalho final, como parte dos requisitos exigidos para a conclusão do curso referido, optei por desenvolver uma pesquisa científica sob o título **“O impacto dos conflitos ocorridos na África Central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC: Possíveis implicações para São Tomé e Príncipe”**, cujos resultados serão utilizados unicamente para fins académicos.

Para efeito de realização da pesquisa pretendida e dada a tecnicidade do tema, torna-se necessário realizar entrevistas com especialistas na matéria, passíveis de me facultarem informação privilegiada. Reconhecendo a valência de V. Exa. nesta temática, solicito o seu apoio no sentido de colaborar na investigação, respondendo às perguntas que se seguem, sendo certo de que a colaboração de V. Exa é extremamente importante para o cumprimento dos objetivos propostos, razão pela qual lhe garantirei a confidencialidade das informações prestadas.

Por fim, devo dizer que pode perfeitamente optar por não responder a uma ou mais questões e, caso entenda, desistir da entrevista.

Pergunta número 1: Consegue ajudar-me a referenciar os principais conflitos políticos e militares ocorridos na sub-região da África Central nos últimos 40 anos.

Resposta número 1: Relativamente aos conflitos, não tenho agora nenhuma lista que poderia agora facultar, mas vou enviar-te um documento, relatório da CEEAC, que possivelmente poderá ajudar-te nesta questão.

Pergunta número 2: Na sua opinião, quais são as consequências singulares ou gerais desses conflitos para a região?

Resposta número 2: Não há desenvolvimento com instabilidade e a partir daqui é todo o resto, isto é, tudo o que traz o subdesenvolvimento. Ou seja, havendo instabilidade não há o desenvolvimento, ao passo que, a consolidação da democracia fica fragilizada, o subdesenvolvimento acelera e não obstante isso, é o inverso daquilo que se procura.

Portanto, o conflito em África tem um condão de desestabilizar. Pois, sabe-se que uma das questões africanas que é muito estudada é a questão étnica.

Em STP não sentimos isso, mas tu consegues ver uma etnia no Gabão e que só também depois na Nigéria. Ou seja, eu embora seja nigeriano, sabendo que o meu irmão está a ser morto no Gabão eu vou ajudar-lhe e passa, imediatamente, ser um conflito regional. Então a questão étnica é vista também bastante aqui.

Então, em tudo isso pode-se destacar as seguintes consequências:

A dificuldade da integração (a integração fica mais demorada);

A instabilidade política que se verifica depois;

O desenvolvimento é estagnado;

E depois traz todas as outras consequências como o subdesenvolvimento, a má nutrição, etc.

Pergunta número 3: Pensa que esses conflitos têm revelado impactos negativos, passíveis de inviabilizar a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da Comunidade Económica dos Estados da África Central?

Resposta número 3: Sim. Qual é a lógica da CEEAC? É a verdadeira integração da política e económica. Entretanto, embora tivesse corrido todos esses anos, se a memória não me falha desde 83/84, não existe até hoje uma moeda, por exemplo. O franco CEFIA é o franco francês é uma lógica francesa.

Primeira coisa, não se consegue tão facilmente esta moeda e a relação económica entre esses países é fraca. STP tem, por exemplo, uma maior economia com Portugal do que com o país mais próximo de si que é Gabão. Tudo isso mostra claramente que

de facto esses impactos vão contra os objetivos da criação da CEEAC. Isso não há dúvidas.

Pergunta número 4: Em termos socioeconómicos, quais são os indicadores que revelam que a CEEAC tem sido sacrificada em consequência dos conflitos na África Central?

Resposta número 4: Tu se vires em termo de intercâmbio comercial, normalmente numa integração económica, o custo, a livre circulação de pessoas e bens é um bem adquirido. Tu não tens isso na CEEAC e isso é o maior indicador para mostrar.

Outro indicador:

O intercâmbio económico financeiro é praticamente nulo;

O índice do desenvolvimento humano que nos países da CEEAC não estão bem contados;

E em termo de circulação aérea, por exemplo. Quanto é que fica um bilhete de avião de Gabão a Camarões e ver o mesmo bilhete de Gabão a França. Tenta fazer essa comparação. Aqui tu tiras esse indicador.

Portanto, se estamos a falar de uma integração, não deveria existir essa disparidade.

Pergunta número 5: É possível indicar fontes documentais ou *síte*, onde se possa ter mais informação sobre os conflitos na sub-região e os respetivos impactos?

Resposta número 5: Sim. Como eu havia dito depois envio para o seu email pelo menos dois relatórios muito bom. E são recentes.

Pergunta número 6: Relativamente a São Tomé e Príncipe, existem sinais concretos que indiciam que o desenvolvimento socioeconómico do país poderá estar a ser afetado em consequência dos recorrentes conflitos político e militares na região?

Resposta número 6: Não tanto. Não tanto porquê? Devido a nossa descontinuidade geográfica que pode ser mau por um lado, mas bom por um outro.

Já no passado, há um indicador que pode mostrar que sim. Por exemplo, na guerra do Biafra, que de repente apareceram aqui muitos deles. Isso é um indicador que no passado mostra que sim. Mas hoje, o sim talvez vem de quê? Através do aumento da imigração aqui. Tu tens o maior número de imigração dos gaboneses, dos camaroneses e eles não vêm só fazer o comércio, mas também, de qualquer forma, fugindo o conflito ou instabilidade.

Portanto, esse nível pode-se dizer que sim. Buscando, nesse caso, o exemplo de Biafra e também o aumento da imigração da África Central. Podes tomar essa resposta como sim, trazendo esses dois exemplos.

6.1. Se sim, quais são esses sinais.

Resposta número6.1: Os sinais são: o exemplo de Biafra acima referido e aumento da imigração da África Central.

Pergunta número7: É possível indicar fontes documentais ou *site*, onde se possa ter mais informação sobre os impactos dos conflitos na AC no crescimento socioeconómico de STP.

Resposta número7: Sim. Neste relatório que te vou mandar eles também fazem referência a isso, por isso eu creio, se leres corretamente e interpretá-lo, eu acho que respondes aí quase tudo de forma documentada.

Pergunta número 7.1: Gostaria de acrescentar mais alguma informação relativamente ao tema em questão?

Resposta de número 7.1: É tudo o que eu gostaria de dizer.

BRIGADO PELA COLABORAÇÃO.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE DOUTORA MARIA DAS NEVES

Entrevistador: Bom dia! Uma vez mais, agradeço-lhe por se ter dignado em atender à minha solicitação no sentido de me conceder essa entrevista.

Sou Sílvio Correia Chantre, estudante-finalista do curso de mestrado em Segurança e Justiça, da Universidade Lusíada de Lisboa. Agradeço-lhe por se ter dignado em atender à minha solicitação no sentido de me conceder esta entrevista.

No âmbito da realização do trabalho final, como parte dos requisitos exigidos para a conclusão do curso referido, optei por desenvolver uma pesquisa científica sob o título **“O impacto dos conflitos ocorridos na África Central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC: Possíveis implicações para São Tomé e Príncipe”**, cujos resultados serão utilizados unicamente para fins académicos.

Para efeito de realização da pesquisa pretendida e dada a tecnicidade do tema, torna-se necessário realizar entrevistas com especialistas na matéria, passíveis de me facultarem informação privilegiada. Reconhecendo a valência de V. Exa. nesta temática, solicito o seu apoio no sentido de colaborar na investigação, respondendo às perguntas que se seguem, sendo certo de que a colaboração de V. Exa é extremamente importante para o cumprimento dos objetivos propostos, razão pela qual lhe garantirei a confidencialidade das informações prestadas.

Por fim, devo dizer que pode perfeitamente optar por não responder a uma ou mais questões e, caso entenda, desistir da entrevista.

Entrevistado: É um prazer colaborar contigo.

Entrevistador: P 1- Consegue ajudar-me a referenciar os principais conflitos políticos e militares ocorridos na sub-região da África Central nos últimos 40 anos?

Entrevistado: R1-: Estamos a falar de um período bastante longo, mas para dizer que a África sempre foi palco de conflitos. E palco de conflitos que vem da própria intervenção colonialista em África. A forma como a África foi dividida, a forma como influenciou o próprio sistema colonial fez com que houvesse conflitos desde grupos étnicos a grupos militares. Portanto, a forma como se colonizou a África fez com que

desde finais do século XIX até aos nossos dias África fosse de facto um continente de muitos conflitos (veja-se os casos República Centro Africana, Nigéria, RDC, dentre outros).

Na África Central não há dúvidas que assistimos quase que quotidianamente vários tipos de conflitos.

Conflitos militares que são o que mais salta avistam, com tentativas de golpes dos Estados constantes em vários países. Na nossa sub-região há conflitos étnicos, conflitos religiosos com impactos muito negativos ao nível das populações. Mesmo no templo a assistir um culto são vítimas de ataques e hoje, por exemplo, ninguém consegue saber quando é que esses conflitos terminam, porque cada dia que passa há uma nova forma de conflitos. Pegamos agora o caso de BokoHaram que também tem contribuído para desestabilizar a África.

Mencionar aí tipos de conflitos durante 40 anos, podemos falar em quase todo o tipo de conflitos. Olhando por esses países desde Gabão, Costa de Marfim, a Nigéria, aqui mesmo na República Centro africana, República de Congo onde os conflitos entre o poder e a oposição acaba em perda de vidas humanas decorrentes dos resultados das eleições que na maioria dos casos não tem sido livre, nem justa e nem transparente.

Muitas vezes devido aos resultados das eleições os países desencadeiam lutas armadas que fazem dizimar inocentes pondo em causa a paz que é o elemento essencial para a promoção do desenvolvimento.

Entrevistador: P2- Na sua opinião, quais são as consequências singulares ou gerais desses conflitos para a região?

Entrevistado: R 2- Primeira consequência, havendo o conflito não há paz, não havendo paz não há desenvolvimento. Há consequências a todos os níveis: económico, social (educação e saúde) político e cultural.

Há uma relação direta entre os conflitos e a pobreza tendo em conta que os conflitos destroem os sistemas alimentares, que contribuem para aumentar a fome, impedem o progresso na saúde e na educação e contribuem para agravar a pobreza porque não há desenvolvimento num contexto de conflito.

Quando nós analisamos a situação hoje é [...] e depois é necessário ressaltar uma coisa é que são países ricos em recursos naturais, ricos em minérios, mas que infelizmente não se tem podido aproveitar essa riqueza para garantir o desenvolvimento do país,

porque, as consequências dos conflitos existentes nesses países não permite que haja um clima de diálogo, não permite que haja um clima de concertação, não permite que haja um clima de paz para fazer relançar outros fatores extremamente importante para o desenvolvimento socioeconómico e quem mais sofre com tudo isso é o povo, sendo que a situação da pobreza nesses países é gritante e com consequências graves, porque até agora não se vislumbra um futuro risonho, quer para nossa sub-região, quer para o continente africano, porque até agora ninguém conseguiu debelar de facto esses conflitos existentes.

Entrevistador: P3- Pensa que esses conflitos têm revelado impactos negativos, passíveis de inviabilizar a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da Comunidade Económica dos Estados da África Central?

Entrevistado: R 3- A Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) quando foi criada tinha de facto, objetivos claros. Era prosseguir num clima de diálogo e entendimento para o desenvolvimento da região. Mas infelizmente, o facto de continuar a haver esses conflitos (sobre tudo conflitos políticos, militares e étnicos) não têm permitido que os objetivos que nortearam a criação da Comunidade Económica dos Estados da África Central pudessem ser cumpridos.

Hoje nós vemos uma comunidade que até agora não conseguiu respeitar os compromissos assumidos aquando da sua criação. O que não deixa de ser preocupante, porque é uma comunidade que tem tudo para dar certo, caso houvesse entendimento. É uma comunidade que tem riquezas, basta dizer que se trata de uma sub-região que é uma das mais ricas do continente africano com grandes reservas de recursos naturais, ouro, diamante e outros minérios, tem cerca 350 milhões de consumidores e um PIB anual que ronda uns 700 mil milhões de dólar americanos. Não obstante os apelos da Comunidade Internacional, no sentido de se encontrar formas de resolver os conflitos pela via de diálogo o certo é que os mesmos ainda prevalecem e têm contribuído para bloquear todo o processo de desenvolvimento desses países.

Entrevistador: P4- Em termos socioeconómicos, quais são os indicadores que revelam que a CEEAC tem sido sacrificada em consequência dos conflitos na África Central?

Entrevistado: R 4- Quase todos. Sendo uma comunidade composta por Estados membros de uma sub-região rica em petróleo, diamante e em recursos naturais, os

próprios países da comunidade podiam estar muito desenvolvidos. Hoje a gente passa por qualquer um desses países vê-se que em termos sociais estão bastante atrasados. Hoje, o espelho da África que temos é de uma África cheia de pobreza, uma África em que as infraestruturas estão quase todas decadentes, em que não há um desenvolvimento visível, falou-se tanto dos objetivos do desenvolvimento do milénio, e do desenvolvimento sustentável, mas que infelizmente não têm contribuído para combater a pobreza.

A condição de precariedade e de pobreza que existe ao nível desses países faz com que, os índices de desenvolvimento humano e os indicadores económicos e sociais, apresentem níveis muito baixo em termos das metas que se pretendia alcançar.

Entrevistador: P5- É possível indicar fontes documentais ou *síte*, onde se possa ter mais informação sobre os conflitos na sub-região e os respetivos impactos?

Entrevistado: R 5- Eu aconselharia, que consultassem o Google, sobretudo o Google académico onde se pode encontrar muitos dados sobre esses conflitos na África e para além desses dados há sites especializados onde se pode encontrar muitos dados sobre os conflitos na CEEAC, portanto conflitos na África Central.

Entrevistador: P6- Relativamente a São Tomé e Príncipe, existem sinais concretos que indiciam que o desenvolvimento socioeconómico do país poderá estar a ser afetado em consequência dos recorrentes conflitos político e militares na região?

Entrevistado: R 6- Sim.

Entrevistador: P 6.1- Se sim, quais são esses sinais.

Entrevistado: R 6.1- STP é um membro da CEEAC e não há dúvida que tendo em conta a sua posição geoestratégica no Golfo da Guiné, também pode estar afetado.

Basta dizer que o estado STP inserido na África Central devia ter um fluxo comercial muito grande com a sub-região, mas infelizmente não existe uma troca comercial significativa com a mesma. Tanto é que, estando STP na sub-região da África Central aderiu a zona euro estabelecendo a paridade monetária com Portugal tendo em conta o grande fluxo comercial que o país tem com a Europa quer ao nível das importações, quer a nível das exportações.

O fluxo comercial entre STP e os países da sub-região é quase nulo. A gente pergunta: O quê que STP importa da sub-região, portanto isso já é um aspecto bastante negativo e deixa-me dizer que a posição geoestratégica que STP tem no Golfo da Guiné, tem aqui na África Central devia-se tirar até maior proveito económico e social o que infelizmente até agora não acontece. STP no futuro poderá fazer ou tirar maior proveito da sua posição geoestratégica aqui no Golfo da Guiné.

Até então, é um país pacífico, é um país onde não se nota conflitos quer armado, quer étnico, quer religioso, portanto é um país que pode vir servir de uma plataforma de prestação de serviço à sub-região, mas para isso é necessário criar condições: ter infraestruturas adequadas para que possa de facto vir a servir desta plataforma para a sub-região e para os países da CEEAC.

O país pode criar condições para ter um centro de educação de referência onde os jovens da sub-região possam vir estudar aqui e vice-versa. De igual modo o país deveria ter um hospital de referência virada a prestação de serviços na sub-região. Em jeito de síntese pode-se considerar que o fraco relacionamento com Estados da sub-região pode também dever-se aos conflitos ainda latentes o que não tem contribuído para garantir o almejado desenvolvimento combater pobreza.

Entrevistador: P7- É possível indicar fontes documentais ou *site*, onde se possa ter mais informação sobre os impactos dos conflitos dos em AC no crescimento socioeconómico de STP.

Entrevistado: R 7- No impacto socioeconómico de STP eu recomendaria alguns estudos, algumas teses, alguns trabalhos já desenvolvidos sobre esta matéria. Também, indo para o Google académico pode encontrar.

Entrevistador: P7.1 Gostaria de acrescentar mais alguma informação relativamente ao tema em questão?

Entrevistado: R 7.1- Felicitá-lo pela escolha, pertinência e atualidade do tema.

Se continuar a haver conflitos nesses países claramente a paz estará comprometida e o desenvolvimento também estará comprometido. Julgo que nesse tipo de reflexão é necessário também saber as causas que têm originado esses conflitos. Que contribuição essa monografia pode dar como pistas na resolução destes conflitos para que se possa encontrar um desenvolvimento saudável nesse continente. O nível da

pobreza está a aumentar consideravelmente e é necessário que este estudo encontre pistas para se possa debelar a situação desses conflitos e garantir uma vida melhor para os povos dessa sub-região.

Agradecido pela colaboração!

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE DOUTOR RAFAEL BRANCO

Entrevistador: Bom dia senhor!

Entrevistado: Bom dia.

Entrevistador: Em primeiro lugar, gostaria de lhe agradecer pela oportunidade que me confere em poder entrevistá-lo.

Sou Sílvio Correia Chantre, estudante-finalista do curso de mestrado em Segurança e Justiça, da Universidade Lusíada de Lisboa. Agradeço-lhe por se ter dignado em atender à minha solicitação no sentido de me conceder esta entrevista.

No âmbito da realização do trabalho final, como parte dos requisitos exigidos para a conclusão do curso referido, optei por desenvolver uma pesquisa científica sob o título **“O impacto dos conflitos ocorridos na África Central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC: Possíveis implicações para São Tomé e Príncipe”**, cujos resultados serão utilizados unicamente para fins académicos.

Para efeito de realização da pesquisa pretendida e dada a tecnicidade do tema, torna-se necessário realizar entrevistas com especialistas na matéria, passíveis de me facultarem informação privilegiada. Reconhecendo a valência de V. Exa. nesta temática, solicito o seu apoio no sentido de colaborar na investigação, respondendo às perguntas que se seguem, sendo certo de que a colaboração de V. Exa é extremamente importante para o cumprimento dos objetivos propostos, razão pela qual lhe garantirei a confidencialidade das informações prestadas.

Por fim, devo dizer que pode perfeitamente optar por não responder a uma ou mais questões e, caso entenda, desistir da entrevista.

Pergunta número 1: Consegue ajudar-me a referenciar os principais conflitos políticos e militares ocorridos na sub-região da África Central nos últimos 40 anos.

Resposta número 1: A história da África tem sido marcada por numerosos conflitos.

Durante estes 40 anos, a lista é longa e vou referir aqueles que mantêm na factualidade. Temos na República Democrática de Congo (RDC) nomeadamente Zaire que vem

ocorrendo desde a independência, nos períodos de paz relativa e que se retoma de tempos em tempos.

A RDC, o antigo Zaire, país que tem registado conflitos ao longo desse período, depois temos a República Centro Africana, temos o Ruanda com o genocídio que teve consequências internacionais, e a seguir temos praticamente no Chade onde houve, durante muito tempo, conflitos e ainda hoje vive numa situação não de conflitos internos, mas de um conflito resultante da ação de grupos terroristas na sub-região. E além desses, temos outros que ocorreram na zona de grandes lagos e também o Burundi. Como se não bastasse, durante tempo de 40 anos, temos o conflito em Angola que demorou também vários anos.

Portanto, a sub-região tem sido marcada por uma serie de conflitos e, infelizmente, alguns deles ainda persistem. Por exemplo, aqueles que acabei de referir a (RDC e a República Centro-africana), esses são conflitos que ainda estão presentes no dia de hoje.

Pergunta número 2: Na sua opinião, quais são as consequências singulares ou gerais desses conflitos para a região?

Resposta número 2: A consequência geral é o subdesenvolvimento da região do continente, porque é a região que menos cresce em termo económico e em termo de desenvolvimento humano. Pois, é ali onde ocorrem, repetidamente, epidemias como a ébola na RDC.

Portanto, as consequências são: atraso no processo de desenvolvimento da sub-região e o atraso do processo de integração regional da África Central, porque a instabilidade política não permite que os dirigentes se empenhem no processo de integração regional.

Pergunta número 3: Pensa que esses conflitos têm revelado impactos negativos, passíveis de inviabilizar a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da Comunidade Económica dos Estados da África Central?

Resposta número 3: Eu já disse isso na pergunta anterior. AC é em termo de integração a sub-região mais atrasada e isto tem uma consequência quase direta entre a instabilidade destes conflitos com o atraso no processo de integração regional.

Pergunta número 4: Em termos socioeconómicos, quais são os indicadores que revelam que a CEEAC tem sido sacrificada em consequência dos conflitos na África Central?

Resposta número 4: Em termo económico? Indicadores, não posso assim dar oralmente, mas há o crescimento Per capita que é bastante baixo e o termo de mortalidade, quer de mortalidade infantil, quer de mortalidade como consequência de má nutrição que, por sua vez surge desses conflitos.

Portanto, quase todos os indicadores apontam para fraco desempenho dos países no sentido de atender as necessidades da população.

Pergunta número 5: É possível indicar fontes documentais ou *síte*, onde se possa ter mais informação sobre os conflitos na sub-região e os respetivos impactos?

Resposta número 5: Sim, posso enviá-lo, mas numa entrevista assim oral não.

Pergunta número 6: Relativamente a São Tomé e Príncipe, existem sinais concretos que indiciam que o desenvolvimento socioeconómico do país poderá estar a ser afetado em consequência dos recorrentes conflitos político e militares na região?

Resposta número 6: Não há indicadores que apontam isso, se não de uma maneira geral. Se a sub-região não cresce o país sofre consequências desse não crescimento na região. Deste modo, as coisas estão ligadas, porque, São Tomé e Príncipe sendo parte da sub-região e se o processo de integração da sub-região regional estivesse desenvolvido STP beneficiaria, mas como o processo está atrasado o país não beneficia desse processo. No entanto, a existência desses conflitos pode ser visto de uma maneira diferente, ou seja, sobre um prisma diferente. Se STP garantir a sua estabilidade política e social, pode ser uma alternativa em muitos sentidos para atrair investimentos para o país. Nesse sentido seria uma consequência positiva e não negativa.

A nossa democracia até agora, tem sobrevivido as instabilidades que tem havido na sub-região. E como nós somos uma ilha, de certa maneira, a repercussão dos conflitos não se reflete diretamente no país em termos de movimentos de migração forçada. E se nós formos capazes de encarar isso como uma oportunidade para nos projetarmos ao nível da sub-região, como uma plataforma de paz democrática numa sociedade aberta, isso pode merecer, de certa maneira, uma oportunidade para STP.

6.1. Se sim, quais são esses sinais.

Resposta número 6.1: Não. Não vejo sinais concretos, senão de maneira mais geral que eu já referi. Isto é, se a sub-região não cresce, STP como parte da sub-região

também não vai beneficiar desse crescimento, mas em termos concretos estatístico não há, ou não os conheço.

Pergunta número 7: É possível indicar fontes documentais ou *síte*, onde se possa ter mais informação sobre os impactos dos conflitos dos em AC no crescimento socioeconómico de STP.

Resposta número 7: Uns documentos a procurar na Internet: relatórios da comissão da CEEAC, secretariado da CEEAC, onde estão relatadas as principais atividades da organização.

E dentre outras fontes, há relatórios sectoriais sobre desarmamento, relatório da União Africana e especificamente na CEEAC há de encontrar. Além dessas fontes acima mencionadas, há obras sobre o conflito na RDC, há relatório das Nações Unidas sobre esses conflitos, há relatório sobre missões de paz na República Centro-africana e há muitas obras sobre o genocídio no Ruanda.

Basta clicar Ruanda no sítio há de encontrar sobre isso.

Resposta número 7.1: Gostaria de acrescentar mais alguma informação relativamente ao tema em questão?

Resposta de número 7.1: Quando se olha para os conflitos da África em geral e na sub-região em particular, vemos que é importante irmos para além das notícias que aparecem e entender as causas profundas. Porque há causas remotas, há causas recentes e há causas estruturais.

E essas causas estruturais tem a ver com herança colonial, com organização do Estado pós-colonial e lideranças desses países. Isso é que era importante ver. As concentrações dos poderes nas capitais e a falta de descentralização do poder.

Tudo isso é muito mais explicativo do que ficar nos conflitos étnicos que são importantes, mas são exacerbados pelas deficiências estruturais dos próprios Estados pós-colonial.

Obrigado pela sua colaboração!

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE CARLOS BONFIM

Entrevistador: Bom dia senhor!

Entrevistado: Bom dia.

Entrevistador: Em primeiro lugar, gostaria de lhe agradecer pela oportunidade que me confere em poder entrevistá-lo.

Sou Sílvio Correia Chantre, estudante-finalista do curso de mestrado em Segurança e Justiça, da Universidade Lusíada de Lisboa. Agradeço-lhe por se ter dignado em atender à minha solicitação no sentido de me conceder esta entrevista.

No âmbito da realização do trabalho final, como parte dos requisitos exigidos para a conclusão do curso referido, optei por desenvolver uma pesquisa científica sob o título **“O impacto dos conflitos ocorridos na África Central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC: Possíveis implicações para São Tomé e Príncipe”**, cujos resultados serão utilizados unicamente para fins académicos.

Para efeito de realização da pesquisa pretendida e dada a tecnicidade do tema, torna-se necessário realizar entrevistas com especialistas na matéria, passíveis de me facultarem informação privilegiada. Reconhecendo a valência de V. Exa. nesta temática, solicito o seu apoio no sentido de colaborar na investigação, respondendo às perguntas que se seguem, sendo certo de que a colaboração de V. Exa é extremamente importante para o cumprimento dos objetivos propostos, razão pela qual lhe garantirei a confidencialidade das informações prestadas.

Por fim, devo dizer que pode perfeitamente optar por não responder a uma ou mais questões e, caso entenda, desistir da entrevista.

Pergunta número 1: Consegue ajudar-me a referenciar os principais conflitos políticos e militares ocorridos na sub-região da África Central nos últimos 40 anos.

Resposta número 1: Embora não seja especialista em matéria de conflitos e mesmos em questões ligados a segurança, vou tentar dar-te algumas informações que disponho por ter estado a trabalhar na CEEAC cuja sede está em Libreville.

Digo isto, porque sinto-me mais à-vontade na área económica, pois, durante a minha estada lá na região eu pude ter uma serie de discussões e trocas de informações com os colegas. E além disso, vi uma serie de artigos e informações ligados a matéria de conflitos. Então, eu vou tentar identificar alguns conflitos, mas, isso é uma contribuição que eu quero dar, contudo, isso pode ser melhorado e pode ser completado mais tarde.

Nos últimos 40 anos, isto é, desde 1978, houve muitos conflitos na África Central. Houve conflitos entre países, houve conflitos entre no seio dos países e então vou começar primeiro pelos conflitos no seio dos países.

No seio dos países, temos conflitos da ordem daquilo que aconteceu na República de Ruanda, na República Democrática do Congo, na República Centro-africana e no Chade. Isto é, conflitos que , não só foram marcante, como também tiveram impacto maior na situação económica e social desses países.

Eu acho que não vou falar das causas desses grandes conflitos, mas são conflitos que tiveram impactos na estabilização socioeconómica desses países, e que não lhes possibilitaram ter um desenvolvimento almejado, nem fazer uma estruturação da sociedade e até aos nossos dias pode-se constatar impactos, desses conflitos, nesses países .

Pergunta número 2: Na sua opinião, quais são as consequências singulares ou gerais desses conflitos para a região?

Resposta número 2: No âmbito das consequências singulares, podemos ver que os países que conheceram esses conflitos, depois da independência criaram uma embrião de comunidade para o desenvolvimento dos mesmos. Mas, devido esses conflitos, alguns desses países viram-se marginalizados, por um lado. E por outro lado, como consequências gerais, os programas que esses tinham tentado elaborar para uma melhor integração não foram executados.

Então, pode-se dizer que esses conflitos geram insegurança na região, tanto para esses países, como para região. Porque, para a região houve consequências em termos de integração económica que não podia ser levado a cabo, em termo de desenvolvimento económico, tanto para outros países, como para a região, bem como instabilidade de uma maneira geral também para a região, devido, alguns conflitos tinham ramificações nos outros países.

Portanto, havia instabilidade de uma forma geral. Essas são as consequências que eu vejo de mediato nos países dessa sub-região.

Pergunta número 3: Pensa que esses conflitos têm revelado impactos negativos, passíveis de inviabilizar a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da Comunidade Económica dos Estados da África Central?

Resposta número 3: Sim. Porque, posso afirmar que a CEEAC é uma das comunidades do continente africano que conhece menos desenvolvimento, em relação as outras comunidades, embora essa região seja considerada como a região mais rica da comunidade, mas a existência desses conflitos colocará sempre em causa o desenvolvimento desta comunidade.

Tomemos como exemplo o caso de Ruanda, do Burundi, da República Centro-africana com conflito mais recente e o Chade que sempre conheceu o conflito.

Sendo assim, por causa desses conflitos, o processo de integração económica não pode avançar mais. Porquê? Porque, esses conflitos tinham ramificação nos outros países e estes conflitos mexiam com a própria estrutura social desses países e com a situação económica desses países. Ou seja, eles não eram considerados como parceiro no processo de integração económica que estava sendo posta em prática pela CEEAC e por causa dos conflitos houve nalguns países uma desconfiança generalizada que provocou também uma desestabilização de maneira generalizada, de tal maneira, que os conflitos negativos foram em rol a CEEAC que é uma comunidade que não consegue prosseguir o seu processo de integração, porque há um desentendimento entre alguns países membros.

O que leva efetivamente a uma certa ineficácia dessa comunidade, por causa, desses conflitos que existiram e alguns ainda continuam nalguns países como Chade, com menos intensidade na República Centro-africana com bastante impacto mesmo para outras regiões.

Por exemplo, o conflito na República Centro-africana teve impacto na República de Congo, aquando alguns grupos da República Centro-africana faziam bases na República Democrática de Congo e noutra parte houve intervenção de grupos armados de Congo na República Centro-africana. Além disso, temos um caso emblemático que é o do MLSTP que é um partido que do Vice-Presidente João Pierre Bemba, que esteve preso no Tribunal Penal Internacional, porque as suas tropas foram convidadas a intervir

na República Centro-africana e cometeram uma série de abusos, violações e crimes diversos,

Portanto, este é um conflito que surgiu num país e teve implicação no outro e vice-versa. E que conseqüentemente põe em causa o processo de integração económica dos países.

Pergunta número 4: Em termos socioeconómicos, quais são os indicadores que revelam que a CEEAC tem sido sacrificada em consequência dos conflitos na África Central?

Resposta número 4: Eu não sei se deve-se dizer que a CEEAC tem sido sacrificada. Eu diria que tem sido menos eficaz.

Em termos económicos quais são os indicadores? Isso necessita de uma pesquisa. Acho que não posso assim dar-te dados. Mas assim por alto, eu diria que o crescimento económico da África Central, ou seja, o PIB da região da África Central deveria ser muito mais importante do que ela representa atualmente.

Além disso, região da África Central é a região que recebe menos IDE (Investimento Direto Estrangeiro). Isto é, um indicador também importante, porque quando uma região é estável há crescimento económico e mais intervenção de financiadores externos, quer seja privado, quer seja público. Estes são dois que me vem assim diretamente.

Pergunta número 5: É possível indicar fontes documentais ou *site*, onde se possa ter mais informação sobre os conflitos na sub-região e os respetivos impactos?

Resposta número 5: Bom, eu tenho o site da CEEAC que eu posso dar-te e depois, pode entrar para os sites e farás as suas pesquisas.

A outra fonte é a rádio. Devem ter link onde se pode ir lá buscar algumas coisas. E a outra revista importante é Jeune Afrique (em francês).

Pergunta número 6: Relativamente a São Tomé e Príncipe, existem sinais concretos que indicam que o desenvolvimento socioeconómico do país poderá estar a ser afetado em consequência dos recorrentes conflitos político e militares na região?

Resposta número 6: É um pouco difícil dizer que sim ou não. Porque há um pouco de tudo. Há um pouco de sim e há um pouco de não.

6.1. Se sim, quais são esses sinais.

Resposta número 6.1: Os sinais eu diria, o fraco nível de integração económica. O fraco nível de integração económica na África Central, é uma consequência da instabilidade política e segurança que a região conheceu, porque isto fez com o processo de integração não vá mais longe como poderia ser. Ou seja, ela não cria condições para desenvolvimento, implantação de empresas estrangeiras para que o comércio crie mais dinâmica e para que haja uma industrialização. Portanto, isto tem impacto.

O outro é o processo de imigração na África Central que também é um sinal. Em algumas regiões da África e como é o caso da África Ocidental.

Portanto, STP está na África Central que é uma região que cujo nível de integração é muito fraco, comparando com outras regiões que é onde STP não está, mas é uma região quase próxima do nosso país e esse processo de imigração está muito mais avançada e que é uma consequência que a região conhece, pois, tem impactado o seu desenvolvimento.

Pergunta número 7: É possível indicar fontes documentais ou *site*, onde se possa ter mais informação sobre os impactos dos conflitos dos em AC no crescimento socioeconómico de STP.

Resposta número 7: Em português, sites eu não conheço. Eu só posso dar é o site da CEEAC e posso dar também a informação de outra comunidade, isto é, a Comunidade Económica e Monetária dos Estados da África Central (CEMEAC) que é mais pequena, mas com algum resultado em termo de integração e posso citar, por exemplo, a moeda comum que é o Franco Cefia.

Portanto, precisa ir ao site dela para ver como é que ela trata esse assunto.

E há um jornal que eu costumava a receber dos Camarões (e ultimamente não tenho estado a receber) que tem com título a integração. Está em francês, mas eles tratam muito essa questão dos conflitos na África Central.

Pergunta número 7.1: Gostaria de acrescentar mais alguma informação relativamente ao tema em questão?

Resposta de número 7.1: O que eu queria acrescentar é que STP é mais pequeno na região, mas é um país que não teve conflitos. Na sua história nós não tivemos conflitos

internos que pudessem pôr em perigo o processo de convivência entre membros da nossa sociedade. E para mim este é um fator que São Tomé poderia capitalizar, embora sendo pequeno. Poderia ser o país líder na região da África Central para resolução dos conflitos. Um país pode ser pequeno, mas se há estabilidade, como nós vimos aqui no nosso país, a mudança de um sistema político para outro (do regime único para multipartidarismo) passou de forma pacífica.

Sendo assim, temos algumas experiências que poderíamos explorar e poderíamos ser exemplo para os outros. Então, poderíamos ter uma estratégia, embora pequeno, para liderar este processo. Contudo, é importante saber que trata-se de uma questão complexa e que é preciso meios também, porque um país pequeno como nosso para liderar um processo desse é preciso meios, mas podemos.

No entanto, podemos fazer uma reflexão mais profunda sobre a seguinte questão: Como é que um Estado pequeno pode liderar um conjunto de países numa região em que há países grandes? A força dessa liderança está na nossa experiência e isso é possível.

Portanto, é algo que pode ser explorado. Eu não digo que tem que ser feito, mas pode ser feito, porque podemos ver noutras paragens países pequenos que efetivamente têm esse papel de liderança em alguns processos.

BRIGADO PELA COLABORAÇÃO.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE DOUTOR LUIS SARAIVA

Entrevistador: Bom dia senhor!

Entrevistado: Bom dia.

Entrevistador: Em primeiro lugar, gostaria de lhe agradecer pela oportunidade que me confere em poder entrevistá-lo.

Sou Sílvio Correia Chantre, estudante-finalista do curso de mestrado em Segurança e Justiça, da Universidade Lusíada de Lisboa. Agradeço-lhe por se ter dignado em atender à minha solicitação no sentido de me conceder esta entrevista.

No âmbito da realização do trabalho final, como parte dos requisitos exigidos para a conclusão do curso referido, optei por desenvolver uma pesquisa científica sob o título **“O impacto dos conflitos ocorridos na África Central no processo de integração regional e no funcionamento da CEEAC: Possíveis implicações para São Tomé e Príncipe”** “cujos resultados serão utilizados unicamente para fins académicos.

Para efeito de realização da pesquisa pretendida e dada a tecnicidade do tema, torna-se necessário realizar entrevistas com especialistas na matéria, passíveis de me facultarem informação privilegiada. Reconhecendo a valência de V. Exa. nesta temática, solicito o seu apoio no sentido de colaborar na investigação, respondendo às perguntas que se seguem, sendo certo de que a colaboração de V. Exa é extremamente importante para o cumprimento dos objetivos propostos, razão pela qual lhe garantirei a confidencialidade das informações prestadas.

Por fim, devo dizer que pode perfeitamente optar por não responder a uma ou mais questões e, caso entenda, desistir da entrevista.

Pergunta 1 – Conseguir ajudar-me a referenciar os principais conflitos políticos e militares ocorridos na sub-região da África Central nos últimos 40 anos.

R: Desde o final da Guerra Fria, ocorrida há cerca de 40 anos, África viu intensificarem-se diversos conflitos, que durante o período da Guerra Fria tinham estado “congelados”. Para além dos apoios aos movimentos armados de descolonização, o Bloco de Leste, dirigido pela União Soviética, sempre procurou desalojar de África os interesses dos

países ocidentais, mas de forma controlada. Com o colapso da União Soviética, África viu surgir um grande incremento da violência dentro dos Estados e também entre Estados. Foi o caso da Somália, da Guerra no Sudão (primeiro contra os habitantes da província do Darfur e depois contra o Sudão do Sul, que acabaria por se tornar independente), as lutas internas na República Democrática no Congo, as guerras entre Tutsis e Hutus na região dos Grandes Lagos, a guerra de pilhagem de recursos levada a cabo pelo *Lord's Resistance Army*, fundado por Joseph Kony, também na Região dos Grandes Lagos.

De forma geral todos estes conflitos ocorreram dentro de um “grande arco de instabilidade” que inclui todo o Sahel, a região africana a sul do deserto do Sará. Mas o incremento do terrorismo veio intensificar muito o ambiente de conflito, com o aparecimento de organizações terroristas internacionais na Nigéria, no Mali, na república centro-africana, etc., levando a guerra transnacionais e onde a comunidade internacional acabaria por intervir.

Pergunta 2 - Na sua opinião, quais são as consequências singulares ou gerais desses conflitos para a região?

As consequências são o abandono de projetos de desenvolvimento económico e social, em grande parte devido ao desinteresse dos doadores. Também a ausência de condições de segurança para os atores de desenvolvimento afasta estes dessa região, levando ao aumento da violência e também ao deslocamento de populações.

Pergunta número 3: Pensa que esses conflitos têm revelado impactos negativos, passíveis de inviabilizar a prossecução eficiente dos objetivos que nortearam a criação da Comunidade Económica dos Estados da África Central?

R: Os objetivos da CEEAC são promover a cooperação e o desenvolvimento autossustentável, com especial significado na estabilidade económica e também na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Ora, os projetos de desenvolvimento ficam desde logo comprometidos, pois os doadores não investem onde não há segurança. Por outro lado, as inseguranças decorrentes desses conflitos afetam dramaticamente o bem-estar das pessoas.

Pergunta 4 - Em termos socioeconómicos, quais serão para si os indicadores que revelam que a CEEAC tem sido sacrificada em consequência dos conflitos na África Central?

R: Não sendo especialista em economia, penso que os indicadores de desenvolvimento económico e os de desenvolvimento humano demonstram os dramáticos efeitos dos conflitos.

Pergunta número 5: É possível indicar fontes documentais ou *site*, onde se possa ter mais informação sobre os conflitos na sub-região e os respetivos impactos?

Para já não tenho, mas se eu encontrar envio para seu email.

Pergunta número 6: Relativamente a São Tomé e Príncipe, existem sinais concretos que indiciam que o desenvolvimento socioeconómico do país poderá estar a ser afetado em consequência dos recorrentes conflitos político e militares na região?

6.1. Se sim, quais são esses sinais.

R: Não tenho presente que haja tais sinais. S. Tomé é naturalmente uma região pobre de recursos, para além de alguns produtos de excelência na produção agrícola, como o cacau. O país poderia arrancar rumo ao pleno desenvolvimento se fosse capaz de aproveitar plenamente a riqueza dos seus mares e também se a exploração petrolífera fosse mais vantajosa.

Pergunta número 7: É possível indicar fontes documentais ou *site*, onde se possa ter mais informação sobre os impactos dos conflitos dos em AC no crescimento socioeconómico de STP.

R: Farei o mesmo da questão número 5.

Pergunta número 7.1: Gostaria de acrescentar mais alguma informação relativamente ao tema em questão?

R: STP está fora dos principais conflitos que assolam a região, e o Golfo da Guiné em geral. Contudo, toda a região sofre com as incertezas relacionadas com os conflitos.